

tempo e presença

Publicação de KOINONIA • Ano 18 • Nº 285 • Janeiro/fevereiro de 1996 • R\$ 3,00

BRASIL



DISCURSO E VIDA

“É LÁ QUE RESIDE O DEMÔNIO”

Depois de um ano do novo governo do Brasil a situação do nosso povo continua indicando que as questões sociais básicas não foram ainda equacionadas. Ao contrário, os problemas de fundo se aprofundaram, pois aos já existentes se adicionaram outros.

É natural que não se pode exigir que num período de um ano sejam resolvidos problemas que vêm se acumulando durante décadas. Mas a questão principal não deve ser encarada dessa maneira. As análises econômicas e sociais têm que levar em consideração que a conjuntura global é outra e que já diversos planos fundamentados na proposta neoliberal foram testados sem resultados positivos. Os elementos para a elaboração do diagnóstico estão baseados em propostas que tornam o Estado e a regulação social responsáveis pela crise da economia e da sociedade.

consenso contra o Estado, e as razões fundamentais da crise são obscurecidas. Em editorial do “Jornal do Brasil” de 2 de março de 1996, que trata da crise nacional, e particularmente dos grandes escândalos financeiros, afirma-se a culpabilidade do Estado com essa conclusão lapidar: “É lá que reside o demônio”. As propaladas reformas constitucionais, que não são mais que uma desconstrução institucional, sem nenhum projeto político estratégico mais global, são apresentadas como a grande salvação nacional.

Isso não significa que não sejam necessárias modificações no arcabouço institucional do Brasil, mas deve-se garantir que essas reformas se façam no sentido de possibilitar o exercício pleno da cidadania para todos, sem subordinação à idolatria do mercado monopolizado e aos interesses dos grandes projetos internacionais. Não pode haver cidadania plena numa sociedade onde a miséria aumenta assustadoramente, o desemprego é uma ameaça constrangedora, a violência uma constante, a fragmentação social acelerada e a riqueza concentrada na mão de poucos. A terapia conservadora neoliberal já demonstrou sua incapacidade em resolver essa grave situação. Até quando vamos insistir?

Dentro desse cenário pode-se entender o surgimento de certas expressões religiosas, que, baseadas na credulidade popular e reforçadas pelo cansaço espiritual da racionalidade moderna, pelo desmoronamento de certas utopias e pela incapacidade das chamadas igrejas históricas de inspirar e alimentar um verdadeiro e profundo sentido de solidariedade, alcançam grande receptividade em vastos setores sofridos da nossa população. As explicações simplistas que têm sido veiculadas para interpretar fenômeno tão complexo não respondem às reais causas do seu aparecimento e sucesso.

TEMPO E PRESENÇA oferece, neste número, uma série de artigos que podem ser subsídios para um balanço de 1995 no Brasil e que ajudam a compreender a conjuntura mais global que atravessamos.



Arelada a essa argumentação básica, está toda a força da propaganda neoliberal, que introjetou, em grande parte do corpo social, a idéia de que privatização, liberdade de mercado, desmonte do Estado, individualismo, serão necessariamente os fundamentos para o desenvolvimento. Como elemento centralizador da crise culpou-se o Estado, vilão privilegiado e causador de todos os males. De uma forma cínica insinua-se que o estatismo do Estado desenvolvimentista é o culpado da inflação, da miséria e da injustiça. Com isso forma-se um

André Telles

SUMÁRIO

Política

- 5 O BRASIL PÓS-REAL: MUDOU O PAÍS
OU MUDAMOS NÓS?
Emir Sader

Economia

- 8 GOVERNO FHC: PRIMEIRO
ANIVERSÁRIO DA ESTABILIZAÇÃO
SEM RUMOS
Guilherme C. Delgado

Análise política

- 10 ENTREVISTA COM JOSÉ LUÍS FIORI:
"É PELO MENOS PREMATURO
DECRETAR A MORTE DA ESQUERDA"
Por Paulo Roberto Salles Garcia e
Jether Ramalho

Cultura

- 14 1995, O ANO QUE QUASE DEU
CERTO — UM BALANÇO CULTURAL
Carlos Alberto Messeder Pereira

Indicadores sociais

- 18 RETRATO DO BRASIL HOJE

Igreja

- 20 MOBILIDADE RELIGIOSA:
COEXISTÊNCIA OU INTOLERÂNCIA?
Walter Altmann

- 23 A PASTORAL CATÓLICA NO ANO
DE 1995
Fernando Altemeyer Junior

Globalização

- 26 SOBRE GLOBALIZAÇÃO
Julio de Santa Ana

Famílias de rua

- 30 SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA
DE RUA (OU UMA INSISTENTE
ESPERANÇA)
Jorge Munhoz

América Latina

- 34 HAITI: ESPERAR CONTRA TODA
ESPERANÇA
Pierre Toussaint Roy

Rubem Alves

- 36 QUERO VIVER MUITOS ANOS

Bíblia hoje

- 38 EM HORA ATRAVESSADA
Milton Schwantes

Resenha

- 47 AD MAJOREM GLORIAM DEI...
JUAN LUIS SEGUNDO, TEÓLOGO
DA LIBERTAÇÃO
Jorge Afílio Iulianelli

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(X) Processado



KOINONIA

José Luís Fiori, sociólogo e economista, dá
entrevista sobre conjuntura a TEMPO E
PRESENÇA

Custo Brasil — A propaganda neoliberal introduziu na consciência do povo a identificação entre privado, mercado, liberdade, em oposição à regulação estatal, e pretende formar um novo consenso nacional debitando unilateralmente o chamado "custo Brasil". O plano de estabilização financeira apresenta um custo social cada vez mais alto. 5

Pensamento crítico — Apontando uma certa confusão no pensamento de alguns setores da esquerda sobre o momento atual, o prof. José Luís Fiori faz uma análise das transformações estruturais do capitalismo e indica espaços no terreno da prática e no campo da teoria onde a esquerda pode contribuir significativamente. 10

Expressões culturais — Num retrospecto amplo apresentam-se as principais realizações no plano da cultura no Brasil 1995. Destaca-se o ressurgimento do cinema nacional. 14

Expressivos indicadores — Dados concretos da realidade brasileira mostram o real retrato do Brasil atual. Confira. 18

Reflexo nas Igrejas — O projeto da globalização pretende influenciar toda a sociedade, incluindo naturalmente o campo eclesial. Como as igrejas estão enfrentando esse novo momento é objeto da reflexão de destacados teólogos católico e protestante. 20

Famílias na rua — Uma das marcas mais perversas da atual crise brasileira é o alarmante aumento de homens, mulheres e crianças que residem nas ruas. Uma análise dessa questão, incluindo depoimentos dos próprios moradores de rua. 30

tempo e presença

Revista bimestral
de KOINONIA
Janeiro/fevereiro de 1996
Ano 18 - nº 285

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Rua dos Pinheiros, 706 casa 6
05422-001 São Paulo SP
Telefone/fax (011) 280-7461

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader

Ivone Gebara
Ivoni Reimer

José Oscar Beozzo
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff

Maria Emília Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Luiz Eduardo Wanderley
Maria Luiza Rückert
Paulo Ayres Mattos
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES

Beatriz Araújo Martins
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE

E DIAGRAMADORA
Anita Slade

REDATOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

CAPA

William Seewald

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Studio Portinari

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Parabéns pelo seu trabalho. **TEMPO E PRESENÇA** é uma revista onde os assuntos da realidade são apresentados com muita profundidade. Excelente revista para se manter bem informado.

Pe. Victor Asselin

Montreal/Canadá

Esperamos que a revista continue com a linha editorial que se destaca pela simplicidade profunda de um profissionalismo para o nosso tempo.

Delmar Cardoso, SJ

Manaus/AM

Sempre recebo **TEMPO E PRESENÇA**, que considero como uma das melhores publicações que chegam a minha mesa de trabalho. Leio de ponta a ponta e conservo-a em minha biblioteca. Mais de uma vez tem sido de grande utilidade para meu trabalho de professor na Faculdade de Direito.

Julio Barreiro

Montevideo/Uruguay

Estou curtindo muito essa revista, tem-me feito um bem incrível e também às pessoas que convivem comigo. Os assuntos atuais e discutidos

com profundidade são de extrema importância para nosso crescimento e têm contribuído com aumento de nossos conhecimentos. Parabéns!

Eni de Fátima Martins

Bauru/SP

Sou editor de uma revista publicada pelos jesuítas aqui na Inglaterra. Faz bastante tempo li a edição de setembro-outubro do ano passado de **TEMPO E PRESENÇA** e fiquei muito impressionado com os artigos sobre Zumbi, Palmares, Canudos, enfim tudo. Foi realmente muito informativo, aprendi bastante. Seria interessante para os nossos leitores que estão aqui na Inglaterra e em muitos países pelo mundo inteiro, reproduzir alguns destes artigos.

Tim Noble, SJ

Londres/Inglaterra

Por acreditar que **TEMPO E PRESENÇA** tem uma concepção de que o homem precisa viver com qualidade e exercer sua cidadania em uma sociedade justa e igualitária, é que tenho claro o importante papel que esta revis-

ta tem, com seus textos e depoimentos, na conscientização de mentes.

Lúcia Helena Belém Pinheiro

Manaus/AM

Em uma sociedade em cuja proposta básica de valores o individualismo é prioridade, se faz obrigatório ter em mãos um instrumento de tamanha envergadura, informativo como **TEMPO E PRESENÇA**. Esta revista nos ajuda a questionar os valores colocados para a sociedade por outro prisma.

Lamartine Oscar Veiga

Bragança Paulista/SP

Julgo leitura indispensável para um tempo de busca de novas luzes às indagações produzidas pela nova ordem internacional, vestida pelo neoliberalismo. **TEMPO E PRESENÇA** alinha-se entre as ferramentas daqueles que na contramão de uma política econômica desumanizante tem esperança de fazer coisas novas e diferentes. Juntos vamos ao encontro da aurora que vem...

Milton Zonta, sds

Videira/SC

NÃO FIQUE SÓ NESTA LEITURA!

Quem assina **TEMPO E PRESENÇA** não só apoia uma publicação brasileira singular que em suas páginas apresenta análises dos mais relevantes temas da vida nacional e internacional sob os mais variados pontos de vista.

Quem assina **TEMPO E PRESENÇA** também faz parte de uma comunidade de milhares de leitores do Brasil e do exterior que acreditam, se comprometem e lutam pela construção de uma realidade nova, mais democrática e plural. Não fique de fora! Apóie o trabalho de **TEMPO E PRESENÇA** e integre sua comunidade de leitores.

FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA ANUAL por apenas R\$18,00. Caso queira tornar-se assinante de apoio, envie-nos R\$ 25,00. Para o exterior; a assinatura custa US\$50,00.

Remeta cheque nominal, recibo de vale postal ou recibo de depósito na conta Bradesco 14376-6 — Agência 1745-0, para:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

A/C Setor de Distribuição

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

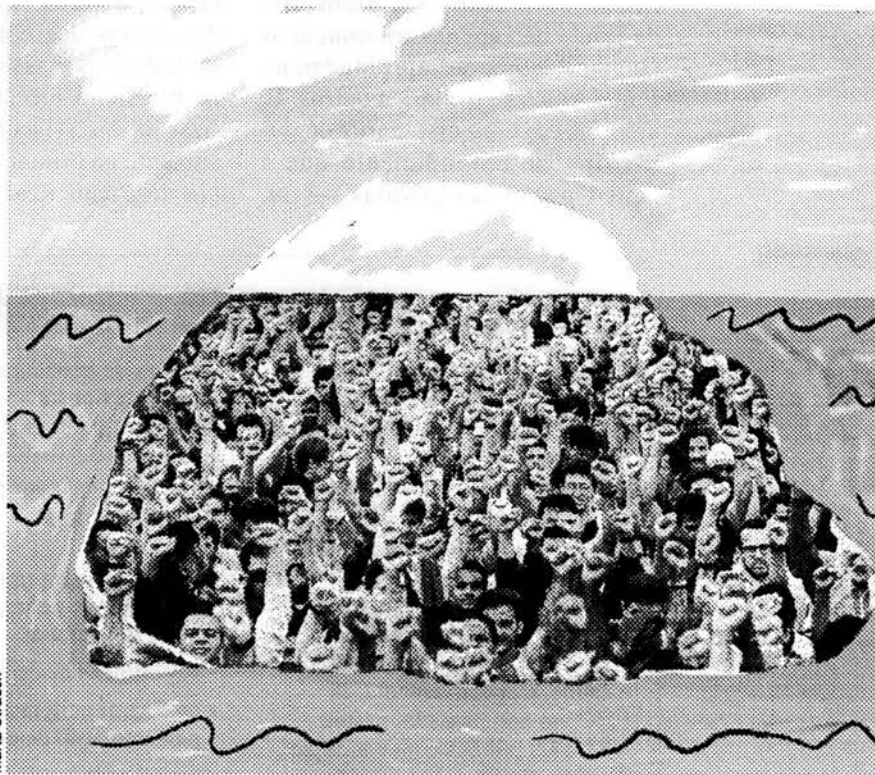
Tel. (021) 224-6713 Fax: (021) 221-3016

O BRASIL PÓS-REAL

MUDOU O PAÍS OU MUDAMOS NÓS?

Emir Sader

Para se entender a sociedade brasileira nos últimos anos é preciso levar em conta os diversos ajustes neoliberais que lhe têm sido impostos. Para não falar na crise da sociedade o neoliberalismo centra seu fogo na crise do Estado. Uma análise perspicaz da atual conjuntura brasileira é apresentada neste artigo



Marta Strauch

O país mudou com o Plano Real. Ou melhor, o País vem mudando ao longo dos últimos sete anos, desde que a primeira versão de um plano de ajuste fiscal de caráter neoliberal — com o “feijão-com-arroz” de Mailson da Nóbrega — foi colocado em prática. As sociedades mudam primeiro na cabeça dos homens, isto é, quando se constituem novos consensos, quando novos valores passam a comandar a forma das pessoas pensarem o mundo e, depois, apoiado neles, são transformadas as sociedades.

Novo modelo hegemônico. O neoliberalismo foi-se impondo em escala mundial, conforme o capitalismo foi perdendo o ímpeto que havia propiciado seu ciclo de maior crescimento econômico — no segundo pós-guerra, seu momento de maior crescimento na sua história, com um Estado regulador. Foi a partir dali que diagnósticos como o que torna o Estado e a regulação social responsáveis pela crise da economia e da sociedade foram se impondo. Primeiro, em governos de extrema direita clássica — Pinochet ou Reagan e Thatcher —, depois na so-

cial-democracia européia — Mitterrand e Felipe Gonzalez — até retornar à América Latina, via Partido Revolucionário Institucional (PRI), peronismo, Ação Democrática (AD) da Venezuela, Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), todos membros da Internacional Socialista.

Foi a partir daí que se pôs em prática um processo de transformações sociais sob a égide desse tipo de diagnóstico. Seu norte — ou melhor, seu desejo — estava mais bem expresso na frase otimista de Thatcher: “Não mais sociedade, apenas indivíduos”, reto-

mando a utopia liberal do século XVIII, que busca reconstruir as relações sociais estritamente norteadas pelo mercado.

O certo é que as sociedades foram transformadas à luz dos ajustes fiscais neoliberais. Não se pode mais partir do mesmo diagnóstico de antes deles. Não que eles representem um ano-zero de nossas sociedades. Os problemas de fundo não apenas continuam os mesmos, como se aprofundaram. É que a eles se somaram outros. E, além disso, é preciso partir de outro tipo de entendimento que a maior parte das pessoas — ou,

tica, antinatural, geradora de privilégios corporativos. É esse novo consenso que permitiu ao governo criminalizar os funcionários públicos, desmontar os parques mecanismos de controle estatal, privatizar de qualquer forma as empresas. É nessa direção que caminha também a atuação laboral, apoiada no tal “custo Brasil”, enfocado unilateralmente, isto é, apenas do lado dos custos dos contratos formais do trabalho. É assim que o governo brasileiro incentiva a informalização das relações de trabalho: somente no primeiro ano de vigência do Plano Real, aumentou em

O governo brasileiro incentiva a informalização das relações de trabalho: apenas no primeiro ano de vigência do Plano Real, aumentou em 17% a massa de trabalhadores na economia informal

NADA PELO SOCIAL

Real perde para Cruzado em gasto social, FHC gasta menos do que Sarney. Quando o assunto é investimento na área social, o governo federal costuma dizer que a implantação do Real é, por si só, a grande obra em favor dos mais pobres. Em 1988 e 1989 (mandato de Sarney) foram destinados US\$ 18,9 bilhões e US\$ 19,8 bilhões para educação e saúde, respectivamente. Já FHC, no ano passado, gastou US\$ 17,8 bilhões com educação e saúde. Segundo estudos do Banco Mundial, no Brasil, enquanto os 20% mais pobres ficam com 15% dos gastos sociais, os 20% mais ricos levam 21%. Para acabar com os 24

milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, ou 17,4% da população, não basta gastar mais. É preciso fazer o dinheiro chegar aos pobres.

Fonte: FSP, 3/3/96.

OS R\$ 16 BILHÕES USADOS PARA SOCORRER OS BANCOS PODRES CORRESPONDEM A:

- 4,5 milhões de casas populares;
- ou 53 mil quilômetros de pavimentação de estradas;
- ou 2,2 milhões de salas de aula;
- ou 146 milhões de cestas básicas.

(Base de cálculo: Orçamento Nacional/Dieese)

Fonte: Revista IstoÉ nº 1379, 6/3/96.

pelo menos, a grande maioria dos principais meios formadores de opinião — têm de nossas sociedades, uma parte indissolúvel do novo modelo hegemônico.

Consenso. A propaganda neoliberal introduziu na cabeça das pessoas a identificação entre privado, mercado, liberdade e desenvolvimento, em oposição à regulação estatal, caracterizada como despó-

17% a massa de trabalhadores na economia informal. Uma das maiores transformações da nossa sociedade nos últimos anos é essa: quando FHC diz que vai “virar a página do getulismo”, e está fazendo pelo lado bom do getulismo — o das relações formais de trabalho, o da carteira assinada. O governo FHC promove, incentiva, “doura a pílula” do abandono que significa o trabalho informal, com

seu caráter carente, inconstante, sem retaguarda, desamparado.

Crise do Estado. O neoliberalismo centra seu fogo na crise do Estado e na sua (contra)reforma. De alguma forma, fala da crise do Estado, para não falar da crise da sociedade. A crise do Estado, na realidade, é a ponta do iceberg da crise social. O que se pretende é transformar as relações do Estado com a sociedade, ao desenvolver um projeto de (contra)reformas daquele.

A regulação estatal atuou em duas direções de classe distintas: a das isenções, dos subsídios, dos perdões fiscais, dos créditos, dos incentivos; e a das políticas sociais e garantias salariais (basicamente do salário mínimo). Na primeira direção, o Estado atende às classes dominantes e a todos os setores aliados a ela no bloco do poder; na segunda, às classes dominadas, excluídas do bloco hegemônico.

O diagnóstico neoliberal aponta para a necessidade de passar a limpo as finanças públicas, o que significa centralmente eliminar a dívida pública. No entanto, a estabilização da moeda repousando na

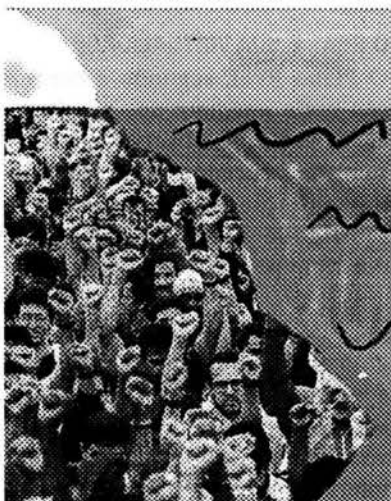
atração de capitais especulativos mediante a taxa de lucro mais alta do mundo, leva a que apenas a dívida interna tenha subido de 42 a 108 bilhões de dólares desde que FHC assumiu o Ministério da Fazenda. Em outras palavras, os neoliberais estão levando o Estado brasileiro à bancarrota. Eles mesmos, que diagnosticam que o déficit público é a fonte da inflação e a primeira prioridade deve ser cortá-lo.

Com muito menos recursos em mãos — foram pagos 26 bilhões de dólares da dívida interna e externa em 1995, e se destinaram 6 bilhões apenas para educação e saúde —, eles são distribuídos conforme o poder de cada setor social, sua capacidade de pressão e, em última instância, seu lugar dentro da aliança de classes que sustenta o governo. Assim, o chamado “Estado Providência” não está em crise para as classes dominantes, porque os subsídios, os créditos especiais (apenas nos dois primeiros meses do Programa Federal de Reestruturação do Sistema Bancário — Proer destinou-se para assistência aos bancos em dificuldades mais do que o orçamento anual de todas as universidades federais brasileiras), as isenções, os incentivos fiscais foram mantidos. Enquanto que os cortes vieram pelo lado do pessoal, das políticas sociais e dos investimentos do governo. Ou seja, acentuou-se o caráter de classe do governo.

Fragmentação social. Um dos resultados de mais transcendência é a aceleração da fragmentação social, tendo como efeito, tanto a di-

ficuldade de organização para resistência, quanto o debilitamento do movimento sindical. Outro é a primazia de uma ideologia da realização individual, consolidando o mercado como o espaço de legitimação dos indivíduos. Os ricos voltaram a exibir sua riqueza, agora como prova de sucesso pessoal, de capacidade individual.

Quanto mais fragmentada a sociedade, mais onipotente o Estado. Uma sociedade composta por indivíduos — como deseja Thatcher — requer mais do que nunca um Estado que a unifique de cima, magicamente, que lhe dê o sol e a



Os ricos voltaram a exibir sua riqueza, agora como prova de sucesso pessoal, de capacidade individual

luz, como dizia Marx a respeito do bonapartismo. Enfraquecem-se os laços sociais e, com eles, as formas de organização da sociabilidade. Não por acaso a antropóloga Ruth Cardoso teorizava sobre o papel dos novos movimentos sociais, enquanto que a primeira-dama organiza o Comunidade Solidária e não convida para integrar nenhum movimento social, nem

a qualquer das entidades de educadores, sanitaristas, urbanistas. É que o neoliberalismo adora o vácuo, detesta a organização social.

Assim, mudam o Estado e as relações sociais no neoliberalismo e muda, sobretudo, a cabeça das pessoas, sob o influxo das políticas econômicas, sociais e ideológicas. Se na saída da ditadura militar, até o governo Sarney teve que se render ao déficit social que o consenso social da época apontava como cruel herança da ditadura, estabelecendo o lema do “Tudo pelo social” para seu governo, desde o final dos anos de 1980 esse consenso foi sendo modificado. A inflação, o Estado foram sendo transformados em vilões dos problemas do País e, junto com eles, as formas de organização social e de reivindicação das classes subalternas.

Estado com alma social. Um Brasil pós-neoliberal tem que partir dessa herança — da crise fiscal multiplicada do Estado, da fragmentação social acentuada, de uma mentalidade de darwinismo social impulsionada pelo governo e pelos principais órgãos de comunicação social. Tem principalmente que transformar radicalmente um Estado, que hoje governa para poucos, em nome do mercado. Transformá-lo em um Estado que assuma como sua principal função garantir os direitos básicos de cidadania para todos, por cima das pressões do mercado (monopolizado) e dos grupos de poder constituídos à sombra do Estado e que o transformam em instrumento privado de acumulação de capital. Teremos assim um Estado democrático com alma social.

Emir Sader é professor de sociologia na USP e autor de *O anjo torto*, Brasiliense.

GOVERNO FHC PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ESTABILIZAÇÃO SEM RUMOS

Guilherme C. Delgado

A consistência do programa de estabilização financeira do governo é questionada com profundidade neste artigo e são apontadas ainda as diversas deficiências que o plano apresenta

Decorrido um ano de administração, o governo Fernando Henrique exhibe e comemora praticamente sua única realização: o "Plano Real" do ministro da Fazenda de Itamar Franco.

A inflação entre 15 a 20% (conforme o Índice de Preços que se considere) continua sendo o principal fator de prestígio interno e externo deste governo, que em contrapartida revela vários desapontamentos em sua política econômica e social até aqui perseguida.

No plano institucional as reformas constitucionais já aprovadas (Telecomunicações, Petróleo, Fim da Reserva de Mercado, etc.) e as outras prioritárias para 1996 — Previdência Social e Reforma Administrativa — caminham aparentemente sem convergência do Plano de Estabilização, que elegera a questão fiscal como pedra angular do seu sucesso a médio prazo.

A questão do desemprego estrutural, da exclusão social, a reforma agrária e as políticas sociais clá-

sicas de educação, saúde, previdência e assistência social não lograram, a juízo do próprio governo, equacionamento convincente, com a agravante de que algumas dessas equações sequer foram formuladas.

O REAL E SUA VIRTUALIDADE

O Plano Real, segundo a concepção mais imediata dos resultados até o presente observados, apresenta-se vencedor da batalha contra a inflação. Esta situação de estabilidade monetária, fonte de prestígio para decidir a própria sucessão presidencial, clama por rumos de uma política econômica global que a realmente e sustente a médio prazo. E isto os economistas simplificam e quantificam invocando indicadores de equilíbrio interno (baixos déficit e dívida pública como proporções do Produto Interno Bruto) e externo (déficit em conta corrente com o exterior e a forma de financiá-lo), que são diagnóstico básico para se aferir a consistência do programa de estabilização.

Há evidentemente maneiras de fazer a moeda estável sem respeitar os critérios de equilíbrio interno e externo enunciados. Disto a política econômica norte-americana do último quarto de século nos dá prova abundante, mantendo persistentes e elevados níveis de "déficit" público e "déficit" comercial com o restante do mundo. Mas quem não tem 'senhoriagem' monetária internacional, como é o caso do Real, precisa observar as

chamadas exigências de equilíbrio fiscal interno (baixo déficit) e transacional externo (conta de transações com o exterior) para poder lograr obter as chamadas condições necessárias para a estabilidade monetária. Como estas condições não são suficientes, quem as cumpre não garante estabilidade, mas antecipa crise quem as descumpra. É assim a exigência voraz e instável da moeda que aparentemente solicita sacrifícios permanentes e a todos submete, sem que aos imolados devolva garantias estáveis e rumos saudáveis.

O teste do primeiro ano do Real para os mencionados indicadores de equilíbrio interno e externo é paradoxalmente negativo, mesmo tendo havido inflação muito baixa (para os padrões históricos brasileiros).

Houve aumento importante da dívida pública em títulos (mais do que dobrou em doze meses), pressionada por vários fatores, sendo a maior parte destes os próprios ingredientes utilizados para manter baixa a inflação. Um desses fatores mais notáveis é o nível da taxa de juros interna, mantida em patamar nunca antes experimentado (cinco a oito vezes mais alta que a taxa internacional básica). Este experimento dos rapazes do Banco Central gera uma pressão inusitada sobre o orçamento da União, e consome cerca de um terço da receita tributária e patrimonial em pagamento de juros.

Esses juros excessivos foram a

contrapartida para atrair capitais especulativos que permitiram a manutenção de um nível elevado das reservas cambiais, que por sua vez, para serem compradas provocaram elevação da chamada dívida mobiliária interna.

A carga de austeridade que os condutores do Real procuram passar para a opinião pública quando

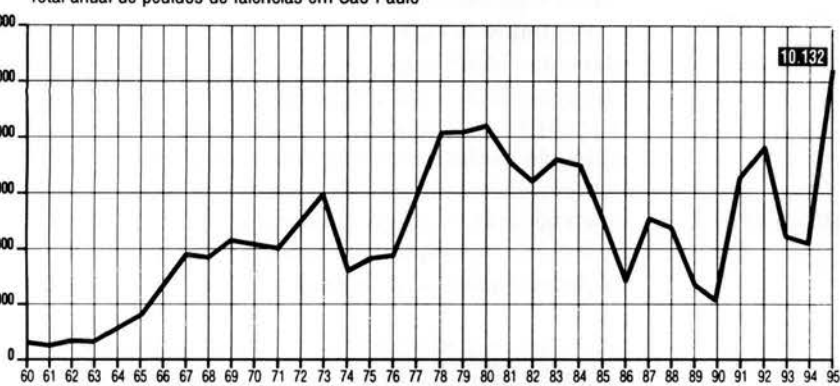
O DESEQUILÍBRIO EXTERNO

A situação de desequilíbrio externo do Real se expressa naquilo que a moeda aparentemente tem de mais atraente e até mesmo popular: um poder de compra elevado sobre as mercadorias do exterior, poder este que está referido a sua equivalência declarada com relação a outras moedas-padrão.

para não se transformar em problema cambial sério, precisa ser compensado pelo movimento dos capitais externos para o Brasil, sob as mais diversas formas — investimentos diretos, empréstimos, fluxos especulativos em Bolsas, etc. E esses fluxos precisariam ser estáveis e vigorosos, sob o risco de sua interrupção afugentar capitais especulativos e erodir rapidamente as reservas cambiais.

RECORDE EM 1995: INSOLVÊNCIAS

Total anual de pedidos de falências em São Paulo



Os resultados do plano de estabilização financeira está custando caro para muitas empresas e pessoas físicas. Verifica-se um aumento de 276% sobre o ano de 1994 de falências no estado de São Paulo. Fonte: FSP, 2/1/96.

DÍVIDAS SOMAVAM 26 bi

em julho de 95. É o total de créditos atrasados nos bancos segundo o Banco Central

EM 95 FORAM REQUERIDAS 410

concordatas na cidade de São Paulo, conforme dados do Fórum de SP

se trata de aplicar medidas contra a indexação dos salários, a elevação dos gastos sociais, a contenção do consumo, etc. não corresponde ao tratamento que tem sido dado ao sistema financeiro e à grande propriedade territorial. As soluções encontradas para os ruralistas, Banco Econômico, Banco Nacional, o Banespa, conquanto independentes entre si, apresentam um ponto em comum: transferem para o Tesouro da União dívidas vencidas e posições insolventes de agentes privados ou estaduais, realizando a clássica socialização das perdas, de magnitude entre 25 e 30 bilhões de dólares, segundo dados brutos do próprio Ministério da Fazenda.

A sobrevalorização cambial do Real traz como consequência fluxos simétricos de importações baratas, utilizadas com frequência como recurso antiinflacionário, e exportações onerosas para ingressar nos mercados externos. A resultante disto é a geração de déficit comercial (exportações/importações), que se agrega ao já esquecido déficit estrutural dos "serviços" onde comparece a conta de juros da dívida externa e outras despesas correntes com o exterior (lucros *royalties*, dividendos, assistência técnica, etc.). Todos esses elementos reunidos produzem o déficit da chamada Conta Corrente com o exterior, que gira hoje em torno de 20 bilhões de dólares.

O déficit em conta corrente,

MOVIMENTO DE CAPITAIS

A situação do movimento internacional de capitais é hoje, contudo, bem diversa do que revelam as aparências. Não obstante a moldura da globalização e liberalização dos mercados, os fluxos de capitais produtivos (investimentos diretos) são hoje muito mais frágeis e incertos para os países do Terceiro e do antigo Segundo Mundos, concentrando-se basicamente nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos Tigres Asiáticos. Resta-nos o chamado capital volátil, ávido por se apropriar de ganhos cambiais e financeiros de curto prazo, para cujo acesso se paga um preço exagerado e um não menor desequilíbrio econômico-financeiro interno.

As reformas constitucionais do governo Fernando Henrique estão desenhadas no pressuposto de eliminar um denominado "custo Brasil", que, segundo esta visão, seria o óbice que afugentaria o capital externo. E assim, de maneira circular, eliminar o "custo Brasil" passou a ser uma exigência da moeda e do capital, um e outro insaciáveis nas suas exigências de sacrifício desprovidas de rumo e de sentido ético universal.

Guilherme C. Delgado é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA em Brasília.

ENTREVISTA COM JOSÉ LUÍS FIORI

“É PELO MENOS PREMATURO NOTICIAR A MORTE DA ESQUERDA”

Por Paulo Roberto Salles Garcia e Jether Pereira Ramalho

Em entrevista a TEMPO E PRESENÇA o prof. José Luís Fiori, sociólogo e economista, indica certa carência de um pensamento mais crítico sobre as atuais transformações estruturais do capitalismo e apresenta sua convicção de que é indispensável lutar contra o obscurantismo neoliberal

Como avalia a confusão do pensamento da esquerda hoje?

Um dos fenômenos mais instigantes desta nova era liberal-conservadora que estamos vivendo é o desaparecimento aparente do ‘pensamento crítico’ do seu cenário político. Em quase todo mundo, os intelectuais que um dia militaram ao lado do “espírito de oposição histórica” (Kurz, R. “Uma Revolta do Silêncio”, Caderno Mais! da Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 1996) hoje aparecem associados ou fazem a defesa intransigente das forças sociais e políticas que eles, naquela mesma época, chamavam de “direita”. Em alguns lugares, como na recente “revolta francesa” de dezembro de 1995, muitos dos que lideraram intelectualmente a “revolução de maio” dos anos de 1960 assumiram agora a defesa aberta do governo conservador da França, contra a posição dos trabalhadores sindicalizados. Em outros, como no Brasil, um grupo expressivo dos mesmos intelectuais, que militaram na resistência de esquerda ao regime militar, organizaram-se num pequeno grupo tecnocrático de poder, aliaram-se com os partidos conservadores, derrotaram o candidato de esquerda nas eleições presidenciais e hoje

conduzem um programa de reformas liberais que atuam como árbitro bonapartista entre os vários segmentos da direita brasileira.

Em todos os casos a auto-justificação no plano das idéias tem sido sempre a mesma: “o progresso tecnológico desconstruiu o ‘paradigma do trabalho’ e deixou o capital na condição exclusiva de vanguarda de uma modernidade desregulada e global”. Como consequência, o progresso passou a ser sinônimo — coincidindo com a velha fórmula de Adam Smith — de tudo o que liberte o



movimento do capital, o que, no mundo contemporâneo — num passe de mágica — condenaria ao conservadorismo todos os que defendam regras ou estruturas de solidariedade e de proteção social, obra de um lento e doloroso processo de democratização que, segundo eles, transformou-se num entrave à realização de duas miragens rigorosamente “metafísicas”: o equilíbrio fiscal e a competitividade global, que seriam as peças-chave da nova fórmula mágica do

crescimento econômico e do bem-estar coletivo.

Não é muito difícil, tampouco, identificar o caminho lógico que conduziu a parte mais ortodoxa da velha esquerda marxista às suas novas convicções neoliberais. Entre nós, pelo menos, salvo honrosas exceções, ela nunca teve uma densidade teórica própria. E quando se converteu ao desenvolvimentismo em nome de que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém” o fez pela mão ideológica do nacionalismo isebiano ou pela mão teórica do estruturalismo cepalino sem jamais aprofundar sua defesa do recurso à intervenção do Estado nem adequar sua visão do socialismo às condições da sociedade brasileira. Pelo contrário, aderiu a um produtivismo tão radical que sua defesa equiparou-se à do materialismo vulgar sem que sobrasse espaço para as questões da democracia e da desigualdade social. Ao mesmo tempo, a quase permanente ilegalidade dessa esquerda tradicional contribuiu para convertê-la a uma ética de sobrevivência que entortou seu raciocínio estratégico na direção de um realismo que, paradoxalmente, conseguiu ficar, através do tempo, cada vez mais dogmático. Sem contar com a força do anticolonialismo nem com a adesão do movimento operário organizado, pôde construir livremente seus argumentos e alianças como se fossem uma dedução quase direta e sempre necessária dos requerimentos econômicos das “forças produtivas” e/ou dos requerimentos políticos de uma “revolução burguesa tardia”. A partir daí e na ausência de um ‘horizonte socialista’ não foi difícil realinhar as mesmas teses e as mesmas deduções aos novos tempos, só que agora em vez de ser a partir do Estado, a partir do mercado; em vez de ser em nome da burguesia

industrial, em nome do capital puro e simples; em vez de ser a favor do protecionismo, a favor da desregulação; e finalmente, em vez de ser em nome do socialismo futuro, em nome apenas de uma modernidade abstrata.

Nesse sentido pode-se dizer que aqueles que um dia foram intelectuais críticos e hoje estão aliados com a direita, continuam tão ou mais utópicos do que antes, apenas trocaram de lado. Com a diferença que agora, devido à sua posição de poder, difundem uma impressão de consenso que se auto-explica, na versão mais simplória, pela “queda do muro de Berlim” e pelo suposto desaparecimento das diferenças entre a esquerda e a direita; e numa versão mais realista, como resultado da aceitação pragmática do único caminho deixado pelos *nouveaux maitres du monde*, os mercados financeiros. Tudo acompanhado de um “silêncio enfático com relação às massas que um dia foram o deus da intelectualidade” (Kurz, idem), da apologia pouco original do indivíduo racional e eficiente e da aceitação sem reservas, segundo Ralph Miliband “de um

O conservadorismo epistêmico foi ofuscado por obra de uma extraordinária vitória publicitária que conseguiu encobrir a verdadeira natureza do ‘mudancismo’ liberal. Conservadorismo que inscreveu na categoria do “reformismo” o que não passa de uma desconstrução institucional sem respaldo de nenhum projeto estratégico, mas dotada de sentido anti-social e antidemocrático

‘conservadorismo epistêmico’, sobre os limites do que é possível...” (Sader, E., 1995, O mundo depois da queda, p. 137, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro). Conservadorismo ofuscado por obra de uma extraordinária vitória publicitária que conseguiu encobrir a verdadeira natureza do ‘mudancismo’ liberal, inscrevendo na categoria do “reformismo” o que não passa de uma desconstrução institucional sem respaldo de nenhum projeto estratégico, mas dotada de um sentido radicalmente anti-social e antidemocrático.



KOINONIA

Na sua essência, a transformação capitalista, na medida em que vai desmontando regras e destruindo fronteiras, vai deixando o capital cada vez mais entregue às suas próprias leis de movimento e faz, portanto, com que suas crises sejam também, cada vez mais, resultado exclusivo de suas próprias contradições

Com isso esgotou-se a contribuição da esquerda?

Não se esgotou. Por tudo isto, não resta dúvidas de que fica cada vez mais difícil, mas, ao mesmo tempo, cada vez mais necessário dissentir, dentro deste cenário intelectual feito de consensos e de platitudes. É imprescindível uma releitura, em clave de esquerda, de alguns tópicos da realidade contemporânea que escapem ao cerco 'mediático' estabelecido pela mesmice teórica dos 'novos liberais'. Neles, pode-se identificar a presença permanente, ainda que às vezes implícita, de uma visão histórica e estrutural dos processos econômicos desencadeados ou acelerados pelo esgotamento nos anos de 1970, dos acordos de Bretton Woods. Processos econômicos que somados à vitória política das forças neoconservadoras abriram as portas, por um lado, à difusão do ideário liberal acompanhado das políticas macroeconômicas de corte deflacionista, e por outro lado, ao avanço acelerado da globalização financeira. Processos que, além disto, quando convergiram com a queda do mundo comunista

e com o fim da Guerra Fria, descalçaram o último suporte de uma das peças angulares de Bretton Woods: a possibilidade de compatibilização entre uma ordem econômica internacional liberal e políticas de desenvolvimento e/ou proteção das riquezas e de bem-estar nacionais. Foi depois disto, que nos anos de 1990, chegou a hora do que Luiz Belluzzo chamou recentemente de "vingança do econômico contra as excessivas pretensões de autonomia da política" (Belluzzo, L., 1995, "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados", p. 10, in Revista Economia e Sociedade do Instituto de Economia da UNICAMP). E já não cabem dúvidas sobre o papel que vem cumprindo a derrota ideológica do socialismo neste avanço sem peias — a partir daquele momento — dos mercados e das forças políticas conservadoras que vão destruindo (ou "reformando") todas as vitórias sociais e jurídicas conquistadas durante o século XX pelos trabalhadores sindicalizados e pelas forças políticas social-democratas. Avanço implacável movido pela universalização e pela intensificação desreguladas da concorrência capitalista e da globalização dos mercados financeiros, responsáveis pela acelerada centralização de capitais e concentração do poder de decisão, da riqueza e do conhecimento tecnológico a que vimos assistindo neste final de milênio. Movimento simultâneo ao da diminuição do tempo de trabalho necessário e da redução das taxas de investimento e do ritmo de crescimento da economia mundial.

O que é essencial nessa transformação atual do capitalismo?

Na sua essência, essa transformação, na medida em que vai desmontando regras e destruindo fronteiras, vai deixando o capital cada vez mais entregue às suas próprias leis de movimento e faz, portanto, com que suas crises sejam também, cada vez mais, resultado exclusivo de suas próprias contradições. E na medida em que a acumulação do Capital desloca-se violentamente do 'processo civilizatório', a concentração da riqueza, agora sim, vem acompanhada da diminuição da renda do trabalho e do aumento do empobrecimento absoluto dos assalariados. Isto se dá dentro e fora do "núcleo orgânico" do capitalismo mundial, fatores responsáveis pelo visível aumento da polarização entre

“Se uma ação pública e de planejamento não for iniciada por pessoas que acreditam nos valores da liberdade, da razão e civilização, será iniciada por pessoas que não acreditam nesses valores, porque terá de ser iniciada por alguém” (Hobsbawm)

países e classes sociais e pela multiplicação dos sintomas do que Hobsbawm diagnosticou recentemente como “uma nova era de barbárie”.

Essa releitura do capitalismo o leva a que convicções?

São essas transformações estruturais do capitalismo que, por sua vez, tem-nos fortalecido duas outras grandes convicções. A primeira, no plano prático, é de que existem razões suficientes para manter vivo e absolutamente diferenciado o espaço político-ideológico da esquerda, mesmo neste momento de derrota e ainda que seja, por um tempo, como última linha de resistência contra o perigo de que nos tem advertido Hobsbawm: “Se uma ação pública e de planejamento não for iniciada por pessoas que acreditam nos valores da liberdade, da razão e civilização,

será iniciada por pessoas que não acreditam nesses valores, porque terá de ser iniciada por alguém”. E o mais provável é que seja iniciada pelo fenômeno mais perigoso do nosso *fin de siècle*: “os regimes nacionalista e xenófobos...” (Sader, p. 226). E a segunda, no plano teórico, é de que, se a implosão dos países comunistas pôs em cheque as projeções estratégicas do materialismo histórico, ela reaproximou o capitalismo do seu retrato teórico desenhado pela “crítica da economia política” feita por Marx há mais de um século. Jürgen Habermas é quem melhor sintetiza esta lição quando afirma, numa de suas entrevistas recentes, que “da mesma forma que no passado ainda hoje é possível fazer a crítica do capitalismo a partir da tradição marxista, uma crítica que agora talvez seja mais necessária do que nunca, já que, com a queda do Estado socialista, aumentou a auto-afirmação do capitalismo” (Sader, p.394).

Em síntese, move-nos a convicção de que é indispensável lutar contra o obscurantismo neoliberal além da certeza de que as notícias sobre a morte da esquerda e da teoria marxista do capital, são pelo menos prematuras.

José Luís Fiori, sociólogo, economista e professor na UFRJ e na UERJ.

LANÇAMENTOS



EM BUSCA DO DISSENSO PERDIDO

(Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado)
José Luís Fiori
INsight Editorial, Rio de Janeiro, 1995

O autor reivindica neste livro o risco de incorrer numa heterodoxia: sustenta uma teoria da crise do

Estado brasileiro oposta à neoliberal e vê a possibilidade de várias respostas nacionais distintas frente ao irreversível desafio da globalização da economia mundial.



O VÔO DA CORUJA

(Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista)
José Luís Fiori
EDUERJ, Rio de Janeiro, 1995

“Como tornar inteligíveis os padrões de mudança de um Estado capitalista periférico como o Estado brasileiro?”

Como compreender as múltiplas e cambiantes — embora marcadamente estruturadas pela dominação que percorre sua dinâmica — relações entre o Estado e a sociedade? Texto polêmico, escrito em ‘clave’ marxista aberta e renovadora, Fiori propõe respostas inovadoras a estes e outros dilemas cruciais”. (Guilherme O’Donell).

1995, O ANO QUE QUASE DEU CERTO — UM BALANÇO CULTURAL

Carlos Alberto Messeder Pereira

Significativos indícios do fortalecimento da sociedade civil aparecem nas diversas expressões culturais que marcaram o ano de 1995 no Brasil

O ano de 1995, ao contrário de 94 — um ano eleitoral, quando o debate e a discussão de questões candentes tendem a ultrapassar a ênfase na execução ou mesmo a necessidade e/ou a busca de realizações mais concretas e imediatas — coincidiu com a posse de um novo governo e, evidentemente, com a promessa de novas políticas e linhas de ação. Era o primeiro governo que assumia (e com grande legitimidade do ponto de vista do número de votos) depois do desmantelamento da máquina pública efetivado pelo governo Collor. Este fato teve, entre outras consequências, graves efeitos no plano da cultura, pelo menos entre aqueles setores mais dependentes das instituições do Estado. Ainda que tachado, desde o início (e a meu ver de modo excessivamente simplista), como “neo-liberal” — o que, do ponto de vista dos que assim o rotulavam, não era um bom cartão de visita, especialmente no que se refere à atenção do Estado com relação à cultura —, o governo FHC trazia, em seu bojo, grandes nomes no que se refere à cultura e à tradição intelectual brasileira. Podia-se, pelo menos em princípio, esperar novas políticas e novas iniciativas de estímulo no plano cultural. Ao mesmo tempo, acredito, o desmantelamento irresponsável promovido pelo go-

verno Collor no plano das instituições culturais do Estado havia, por sua vez, recolocado em cena, e com grande ênfase, a importante questão das relações complexas entre o mercado e a produção cultural, especialmente num país como o Brasil, no qual não há uma tradição mais firme de investimentos privados na cultura. Sem querer transformar — e sem querer que o leitor tampouco o faça — estas idéias iniciais em hipóteses norteadoras, vejamos o que resumidamente aconteceu durante o ano de 95.

Com evidentes efeitos — ainda que não imediatamente visíveis — no debate cultural, ou melhor, político/cultural, as várias reformas postas em discussão pelo governo ocuparam boa parte da agenda das discussões na imprensa e fora dela, gerando, em certos momentos e com relação a questões determinadas, acaloradas demonstrações de opinião. “Embalado pelo relativo sucesso do Plano Real, o governo conseguiu aprovar, com facilidade maior do que a prevista, importantes mudanças na ordem econômica. Superou dificuldades políticas existentes havia vários anos e que foram intransponíveis no Congresso Constituinte de 1988 e na reforma constitucional de 1993. Aprovou emendas que eliminaram o sacrossanto monopólio do petróleo pela Petrobrás e abriram todo o setor de telecomunicações (estatal até então) ao capital privado. Foram acolhidas, também com apoio de 3/5 dos parlamentares do Congresso, emendas que extinguíram restrições à ação do capital estrangeiro em mineração, energia e no transporte de cargas entre os portos”.¹

Cinema nacional. Do ponto de vista estritamente cultural, o grande evento do ano parece mesmo ter sido a reafirmação do cinema nacional como importante item de pauta do consumo de lazer cultural. Segundo voz geral, “o país voltou a ter cinema” — “O ano de 1995 entrou definitivamente para a história do cinema brasileiro. (...) Teve atração nacional de todo tipo: do infantil *Menino maluquinho*, adaptação da obra de Ziraldo dirigida por Helvécio Raton, ao mais recente sucesso da safra, o preto-e-branco *Terra Estrangeira*, segundo longa de Walter Salles Jr. Ao ressuscitar, o cinema nacional mostrou mais do que qualidade. O exemplo de *Carlota Joaquina — princesa do Brasil*, produção que superou um milhão de espectadores, comprova o reencontro da cinematografia brasileira com o público. A história do País apresentou ótimo nível de aceitação quando transposta para a tela. Além de *Carlota*, outro filme com inspiração histórica, *O quatrilho*, saga regionalista dirigida por Fábio Barreto, caiu no gosto popular”.² Os números referentes ao público são significativos: *O quatrilho* — 800 mil espectadores ou *Menino maluquinho* — 450 mil. “São números surpreendentes, sobretudo quando se considera que, em 94, *Lamarca*, o filme brasileiro de maior sucesso, alcançou bilheteria de 200 mil pessoas. O boom animou os produtores locais, que planejam lançar 47 títulos nos próximos 12 meses”.³

Do conjunto dessa produção que tendências podem ser detectadas? “A mais perceptível a um primeiro olhar é a descentralização da produção: embora a maioria dos projetos ainda se concentre em São Paulo e

Rio, há uma saudável tentativa de descobrir outros cenários e polos produtivos. Espalhando suas câmeras do Rio Amazonas à serra gaúcha, o cinema nacional está redescobrimdo o Brasil. A esse desejo de mapear o País geograficamente corresponde um anseio análogo de investigar a história e a formação do Brasil: 11 dos novos filmes são históricos e/ou biográficos. (...) Como já é tradição no cinema brasileiro, as adaptações literárias são numerosas: nada menos que 12 entre 47 filmes".⁴ Ainda no que se refere ao financiamento da produção, questão vital para o reerguimento do cinema nacional, vale destacar que, "além do desejo de buscar outras paisagens e diferentes realidades sociais, a descentralização da produção (no caso dos filmes produzidos ao longo de 95) tem a ver também com o apoio — financeiro e de infra-estrutura — que vários governos e prefeituras têm dado a filmes rodados em suas regiões".⁵

Eventos. Durante todo o ano de 95, o Rio de Janeiro continuou a viver (o que vem acontecendo cada vez mais intensamente) o que poderíamos chamar de sua "saída" (esperamos que definitiva) da crise que viveu durante os últimos anos. Ao lado de outros centros, a cidade tornou-se o cenário de importantes megaventos. "Janeiro já mostrava que o ano seria quente. Afinal, a maior banda de rock faria uma turnê brasileira pela primeira vez. Os Rolling Stones deram partida a 1995, que carimbou o Brasil nas rotas das turnês internacionais, com um show inesquecível. O movimento não parou. Nunca tantos nomes estrangeiros se apresentaram por aqui".⁶ Os cariocas ainda disputaram lugar para ver a exposição das esculturas de Rodin no Museu Nacional de Belas Artes e a de Miró, no Centro Cultural Banco do Brasil. Ainda com relação à música, "além dos elétricos Rolling Stones, os cariocas viram outros veteranos como Stevie Wonder, Elton John, Ozzy Osborn e Dianna Summer".⁷

Moda. Outro tema que mobilizou intensamente a cidade foi a moda. Não apenas a exibida para consumo imediato durante os grandes desfiles, mas aquela que se consagrava enquanto *produto cultural*. "Não havia mais lugar na agenda da moda carioca para tantos desfiles, apresentações e entrevistas. Foram mais de 150 eventos, sem contar a área de cosméticos e tratamentos de beleza, que começou a descobrir maneiras festivas de divulgar suas novidades. A Semana de Estilo mostrou o inverno no Museu Nacional de Belas Artes, mas o verão ficou por conta dos desfiles no Palácio da Cidade. Além das costumeiras campanhas ousadas, a "Duloren" patrocinou a exposição *Mostra o Sutiã*, com des-

O ano de 1995, no Brasil, mostrou o avanço de um espaço de cidadania

file sado-masô, também no Belas Artes. Este foi o grande passo da moda neste ano, a consagração em instituições culturais, a um passo da obra de arte. Mesmo no sóbrio Centro Cultural Banco do Brasil, um dos recordes de público foi a mostra *O Museu vai à Praia*, em torno da evolução do estilo de praia. E o Rio também ganhou homenagens, como o lançamento de um livro e uma coleção da Fórum na Ilha Fiscal, além do desfile da Toulon no alto do Forte de Copacabana".⁸

Livros. Um dado interessante merece ser destacado com relação ao consumo de livros. Segundo o *ranking* DataFolha, "os livros mais vendidos de 1995 mostram uma clara preferência do público por obras esotéricas e de auto-ajuda (...) As biografias também mantiveram-se em alta no ano".⁹ Dado significativo e sintônico com a realidade em outros países; lembre-se, por exemplo, o enorme sucesso obtido pela versão

francesa de *O Alquimista*, vendido em bancas de jornal e consumido com avidez nos trajetos de metrô — e isso em um país como a França, com forte tradição literária e livraria em geral.

Cidadania. Outro dado que merece destaque quando se pensa o ano de 95, no Brasil, é o que poderíamos denominar como o *avanço de um espaço de cidadania*. Eu apontaria dois exemplos. De um lado, a tematização da "questão homossexual" — o tema foi assunto importante na novela das oito, da Rede Globo: "O ator André Gonçalves, 19 anos, causou sensação ao viver o Sandrinho da novela *A Próxima Vítima*, o primeiro gay em paz com sua opção sexual da história da TV brasileira"¹⁰; ao mesmo tempo "o Rio de Janeiro sediou, entre 13 e 25 de junho, a 17ª Conferência Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas. Mais de 1.200 pessoas participaram de eventos que discutiram casamento entre homossexuais, Aids e uso de silicone — além da olimpíada 'Gaymes'. Ante os conservadores, o organizador Cláudio Nascimento respondeu: 'Não temos medo. Somos gays, mas somos muito machos'".¹¹ Na opinião da revista *Sui generis*¹², uma sofisticada publicação gay, "o ano de 95 foi, do ponto de vista do universo gay e lésbico, um daqueles que ficam. Nem precisa relembrar acontecimentos, vai entrar para a história como nosso *coming out* social. Elegantemente, porque somos muito chiques, mostramos nossa cara e o País descobriu que a gente existe. E o melhor foi ver que, do lado de cá, nem doeu tanto, nem pra eles a nossa cara pareceu tão feia assim".

De outro lado, chamaria a atenção do leitor para um movimento como o dos "Loucos Varridos", protagonizado pela atriz Sônia Braga, ao lado de outras personalidades cariocas. A iniciativa fez da *limpeza da cidade* uma bandeira de cidadania, ao expressar e defender uma postura com relação ao uso do espa-

ço público. Mas a “anticidadania” expressa por intermédio do *machismo* brasileiro/latino-americano e da grossura institucionalizada não poderia deixar de estar presente no ano. Com o objetivo de incentivar o uso da camisinha, uma campanha de prevenção à Aids idealizada pelo Ministério da Saúde fez do nome Bráulio a chacota do ano.

Conflitos sociais. Os conflitos sociais não deixaram de estar presentes, trazendo à tona questões importantes e discussões que, em algumas circunstâncias, ganharam cores especialmente fortes. O drama dos sem-terra foi, talvez, o grande destaque. “Desde o início dos anos de 1990 não se via tanta mobilização no campo. Milhares de sem-terra decidiram exigir no grito um pedaço de chão para trabalhar. O primeiro sinal de que a questão agrária tornava-se dramática veio em agosto”.¹³ A violência no Rio de Janeiro também foi outro tema de destaque. Em novembro, assistimos à Caminhada pela Paz — “Além das inúmeras caminhadas, de mãos dadas, pela orla da cidade, o movimento Reage Rio, na tarde chuvosa de 28 de novembro, reuniu cerca de 200 mil pessoas pedindo um basta para o que houve de pior no ano”.¹⁴ No episódio, alguns problemas ficaram mais visíveis: de um lado, a existência de conflitos e de disputas entre diferentes grupos organizados da sociedade civil bem como entre o Estado e a mesma sociedade civil na disputa pela iniciativa e/ou hegemonia na formulação de políticas públicas; de outro, o conflito entre diferentes grupos religiosos, articulados por vias às vezes bastante complexas com o Estado no combate à violência, revelando novas e significativas formas de articulação do movimento social.

Conflitos religiosos. Aliás, é bom que se diga que os conflitos religiosos estiveram mesmo na ordem do dia; especialmente aqueles entre a Igreja Universal — um dos grandes

fenômenos de massa de 95 (ainda a merecer uma reflexão sistemática e menos apaixonada) — e as autoridades em geral, ou entre aquela mesma Igreja e a Igreja Católica, revelando as primeiras evidências de conflitos que talvez possam, em curto espaço de tempo, ameaçar a posição hegemônica da Igreja Católica no Brasil e indicar a possível quebra de seu monopólio religioso. “Em outubro, o *bispo* da Igreja Universal do Reino de Deus, Sérgio von Helde, agrediu, com chutes, a imagem de Nossa Senhora Aparecida na TV Record, no dia da padroeira. Em dezembro, a exibição de vídeos com imagens dos pastores da Universal aprendendo a tirar dinheiro dos fiéis — ‘ou dá ou desce’, dizia o líder Edir Macedo — fez a Procuradoria Geral da República abrir inquéritos contra a Igreja”.¹⁵ Mas os conflitos não pararam por aí: “A Globo comprou a briga e, em tom crítico, repetiu a cena dos sopapos à exaustão. Na primeira quinzena de setembro, a emissora já tivera uma pendência com a Universal, que considerou depreciativo o tratamento dado aos evangélicos pela minissérie ‘Decadência’”.¹⁶ Segundo o jornalista Zuenir Ventura: “(...) a Igreja Universal fatura tanto quanto uma fábrica de cervejas”.¹⁷

Racismo. Também durante o ano de 95, a “quetão negra” se fez presente, com a lembrança, em 20 de novembro, dos 300 anos da morte de Zumbi — “FHC reconheceu Zumbi como herói nacional no dia 20 de novembro, em Alagoas. O presidente participava da solenidade que comemorou os 300 anos da morte do líder negro. A efeméride teve menções durante todo o ano. O sindicalista Vicentinho raspou a cabeça para lembrar a data. O Movimento pelas Reparações—Já reivindicou indenização financeira a famílias que descendem de escravos. Mais de 4.000 pessoas marcharam contra o racismo em Brasília. E o antropólogo Luiz Mott causou polêmica ao dizer que Zumbi era gay”.¹⁸

Comunicação de massa. Como de hábito, os meios de comunicação de massa (bem como o próprio sistema de comunicação de massa) também tiveram destaque. Em primeiro lugar, eu chamaria a atenção para as grandes mudanças de comportamento com relação à informática, intensificando-se o uso e o consumo de computadores pessoais — “No ano de 1995, de fato, os grandes fabricantes de informática descobri-

O computador encontrou em 1995 um lugar no imaginário brasileiro

ram o Brasil”.¹⁹ Ao mesmo tempo, destacam-se inovações no mercado de compra e venda: “A capacidade de adaptação do brasileiro acabou por criar um novo canal de revenda de micros, inédito em todo o mundo. Os maiores bancos privados se associaram a fabricantes de computadores e passaram a oferecer serviços que integram a venda de equipamentos, financiamento e o fornecimento do programa para acesso à instituição por meio do micro e de linha telefônica”.²⁰ Houve também grande intensificação do uso da Internet no Brasil, tendo a própria Internet chegado à novela das oito — “Explode Coração” — como personagem. “O computador encontrou em 1995 um lugar no imaginário brasileiro. É estrela de *outdoors*, esquetes de humor, reportagens e colunas. A revolução do computador pessoal no Brasil, se acontece um pouco tarde, vem alavancada por uma palavrinha mágica: Internet. Ao se tornar personagem de ‘Explode Coração’, a idéia da Internet pode atingir até 100 milhões de pessoas, o público potencial de uma novela das oito”.²¹

Televisão. A TV a cabo, ou melhor, a TV paga, por sua vez, chegou, durante o ano, a um milhão de consu-

midores/assinantes, com efeitos já visíveis em termos da programação — “Dois indícios demonstram o quanto a concorrência entre as empresas de TV paga afeta a programação: a quantidade de canais já existentes e a relativa semelhança dos projetos de canais novos”.²² Surgem também novas propostas de pacotes de programação voltados para públicos e interesses específicos, como os canais “étnicos”, por exemplo. Assim, a disputa de mercado tem se revelado bastante intensa e tende a se intensificar ainda mais — “A TVA, a Net e respectivos associados estão desse modo disputando palmo a palmo um mercado que começa nos postes e nas valas em que os cabos de TV são esticados e acaba na órbita estacionária da Terra”.²³ Certamente o ano de 96 vai revelar novidades no mercado televisivo brasileiro, especialmente no que se refere aos *modos de produção*. Como o telespectador vai se comportar diante dessa nova televisão, cada vez mais interativa?

Ainda com relação à comunicação de massa, não dá para deixar de mencionar o estouro do conjunto musical “Mamonas Assassinas” — tanto seu disco, quanto seu *show* no Metropolitan, em que crianças e adultos (aliás, os pais, unânimes, diziam estar lá a pedido dos filhos) se renderam com enorme satisfação ao humor cáustico e desavergonhado do grupo, herdeiro mais *cult* de fenômenos músico-culturais como o brega/*cult* Falcão, um cearense que estourou nas *hit parades* com sucessos como “I’m not dog no”, atualizando um descompromissado tropicalismo anos de 1990, e misturando a irreverência de um Chacrinha, o maneirismo hiperafetado de um Zé Bonitinho (quem se lembra dele?) e um toque de Raul Seixas popularizado, com seu eterno e vigoroso desprezo pelas famosas “classes médias”!

Porém, concluindo este balanço cultural, não posso deixar de fazer uma referência à polêmica questão do “apito” no Posto 9; este, o verão

de 95/96 pode finalmente vir a ser o “verão do apito”. É no “bobo” e malandro verão carioca, com os termômetros marcando no mínimo 40 graus (à sombra), que algumas questões polêmicas são sempre levantadas e encaminhadas para o “resto do País” (perdoem-me o “carioquismo”) — mais uma vez é o comportamento que está em pauta: “Basta os policiais que fazem a ronda na praia se aproximarem do Posto 9, entre as ruas Maria Quitéria e Joana Angélica, para soar apitos estridentes por todos os lados. É um sinal para avisar aos adeptos dos baseados de maconha, espalhados tranquilamente entre os banhistas, que a barra sujou. É hora de esconder a erva proibida. A distribuição anônima dos apitos começou em novembro de 95, quando a Polícia Militar passou a fiscalizar com mais frequência o lugar, em busca de piveles, traficantes e consumidores de drogas. Distribuídos na surdina, os apitos agora são usados abertamente, pendurados no pescoço ou presos aos biquínis, e inauguraram o novo modismo carioca — o apitaço”.²⁴ Finalmente — e por mais divergentes que sejam as posições — o debate em torno das drogas começa a se apresentar, clara e abertamente, a intrincada questão das relações — que não podem mais ser omitidas — entre *consumo e produção*.

Viva o ano de 95 e vamos torcer por 96, sem esquecer a bela frase que o artista plástico Rubens Gerchman estampou em uma de suas lindas camisetas pintadas e lançadas no ano passado: “Beijo também é cultura”!

Carlos Alberto Messeder Pereira é antropólogo, professor da Escola de Comunicação da UFRJ e participa do Conselho Editorial desta revista. Agradece a colaboração de Flávio Valente, assistente de pesquisa, no levantamento do material. O título do artigo foi título de capa da retrospectiva de 95 da Revista *Isto é*, 27/12/95.

Notas

1. Revista da Folha, Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
2. Revista de Domingo, Retrospectiva 95, *JB*.
3. Revista da Folha, Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
4. Folha Ilustrada, *Folha de São Paulo*, 30/12/95.
5. Folha Ilustrada, *Folha de São Paulo*, matéria intitulada “Cineastas promovem uma ‘integração nacional’”, assinada por José Geraldo Couto.
6. Matéria intitulada “Brasil torna-se rota obrigatória do pop”, assinada por Gabriel Bastos Jr. e publicada no *Estado de São Paulo*, de 31/12/95.
7. “Os Melhores de 95”, *Jornal do Brasil*, 17/12/95.
8. Caderno B, *Jornal do Brasil*, 29/12/95.
9. Matéria intitulada “Esotéricos dominaram 1995”, *Folha de São Paulo*, 31/12/95.
10. Revista *Domingo* — Retrospectiva 95.
11. Revista da Folha — Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
12. Número 8, dezembro 95.
13. Revista de Domingo — Retrospectiva 95, *Jornal do Brasil*.
14. Revista de Domingo — Retrospectiva 95, *Jornal do Brasil*.
15. Revista de Domingo — Retrospectiva 95, *Jornal do Brasil*.
16. Revista da Folha — Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
17. Artigo intitulado “Que 96 seja mesmo o contrário de 69”, *Jornal do Brasil*, 30/12/95.
18. Revista da Folha — Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
19. *Jornal do Brasil*, s/data.
20. Idem.
21. Revista da Folha — Retrospectiva 95, *Folha de São Paulo*.
22. Matéria intitulada “Concorrência acirrada traz novos canais”, publicada na Folha Ilustrada, *jornal Folha de São Paulo*, 29/12/95.
23. Matéria intitulada “TV paga chega a 1 milhão de assinantes”, publicada na Folha Ilustrada, *jornal Folha de São Paulo*, 29/12/95.
24. Revista *Veja*, 3/1/96.

RETRATO DO BRASIL HOJE

FHC FALA

"Não dá para chamar de conservador um governo em que o povo está comendo melhor e os banqueiros estão com dificuldades".

"No Brasil, esse negócio de governo liberal é uma discussão vazia. O problema é reformar a estrutura do Estado, para conviver com o sistema produtivo atual, que se globalizou".

"Na área econômica, os objetivos foram cumpridos. Houve o desemprego, mas evitamos que o problema adquirisse a gravidade que teve na Argentina. Enfrentamos duas questões: um enorme crescimento no primeiro semestre, portanto pressão inflacionária, e pressão sobre as importações; com as reservas baixando e as importações cres-

cendo, tive de dar uma freada no crescimento. Tivemos que fazer aquilo que não foi feito no Plano Cruzado, e que custa impopularidade. Não custou impopularidade lá embaixo da sociedade, mas custou na classe média. Diziam: 'Ah, mas parou o crescimento, a taxa de juros está alta, é um retrocesso na abertura'. Mas ou agíamos ou perdíamos o controle sobre a estabilização".

"A parte econômica girou o ano todo em torno da taxa de juros e da taxa de câmbio. Economia não é ciência, é uma arte. Tem um fundamento científico, mas o resto você pilota no dia-a-dia".

Fonte: Revista Veja, 17/1/96.

ÚNICO ÁLIBI DO GOVERNO

INFLAÇÃO VOLTA AO NÍVEL DOS ANOS 50

A inflação brasileira encerra o ano com a taxa mais baixa desde 1958 e promete um resultado ainda melhor em 1996.

CINQUENTA ANOS DE INFLAÇÃO

IGP- Índice Geral de Preços da FGV



Fonte: ESP, 23/12/95.

OS BRASILEIROS FALAM

OTIMISMO EM DECLÍNIO

Você acredita que o Plano Real:

Eliminou definitivamente o risco de volta da inflação	7%
Eliminou em parte o risco da volta da inflação	36%
Ainda não eliminou o risco da volta da inflação	50%
Não sabe	6%

Na sua opinião, a inflação vai aumentar, vai ficar como está, ou vai diminuir nos próximos 12 meses?

A inflação vai aumentar	35%
A inflação vai ficar como está	40%
A inflação vai diminuir	16%
Não sabe	7%
Não respondeu	1%

Fonte: JB, 1/7/95.

CINTO APERTADO

Do ponto de vista pessoal você fecha o balanço:

No azul	71%
No vermelho	29%

Em 1996 você pretende comprar carro?

Não	56%
Sim	43%
Não sabe	1%

Em 1996 você pretende comprar casa própria?

Não	87%
Sim	11%
Não sabe	2%

Fonte: ESP, 1/1/96.

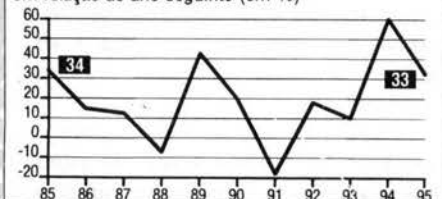
UM ANO DEPOIS

A opinião dos brasileiros em relação ao governo Fernando Henrique no fim de 1995 (em %)



EXPECTATIVA DO BRASILEIRO

Evolução do índice de otimismo da população em relação ao ano seguinte (em %)



Fonte: ESP, 31/12/95.

A GRANDE CONTRADIÇÃO

NOVO GERADOR DE POBREZA

O desemprego pode se transformar em novo fator gerador de pobreza no Brasil. O Brasil não é um país pobre, é um país que tem muitos pobres!

Essa afirmação reflete a questão social vivida pela população brasileira: o problema social do país não está relacionado ao nível de riqueza (e renda) atingido pela economia, mas sim à distribuição dessa riqueza (e da renda) entre seus habitantes.

Hoje são nada menos que 3,4 milhões de pessoas desempregadas. O número é agravado pela entrada no mercado de 1,6 milhão de novos postulantes a vagas, a cada ano.

Fonte: ESP, 14/1/96 e Revista IstoÉ nº 1376, 14/2/96.

PORCENTUAL DE FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM DESEMPREGADO EM CASA (por região)

Sul	18%
Centro-Oeste	19%
Sudeste	24%
Nordeste	33%
Norte	47%
Média	26%

Fonte: Revista IstoÉ nº 1376, 14/2/96.

SERVIÇOS SUBIRAM ATÉ 157% DESDE O REAL

Pesquisas revelam que houve uma forte modificação nos preços relativos desde o início do Plano Real, com um ganho expressivo dos serviços sobre os alimentos. Os serviços ficaram 85,48% mais caros no Plano Real, enquanto a elevação média dos preços competitivos foi de 47,99%. Vejamos, por exemplo: Em São Paulo um corte de cabelo passou de R\$ 3,26, em média, para R\$ 7,04, um reajuste de 157,18%. Um conserto de pneu custava R\$ 2,01 em julho/94, passou para R\$ 4,08, ou seja, 130,57% mais caro.

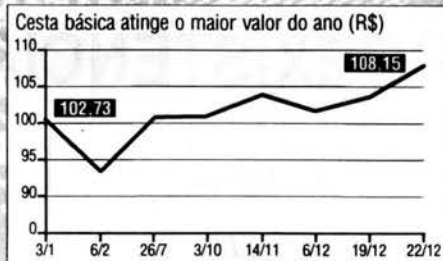
Fonte: ESP, 30/12/95.

... E AS CONTRADIÇÕES CONTINUAM

A COMIDA FICA MAIS CARA

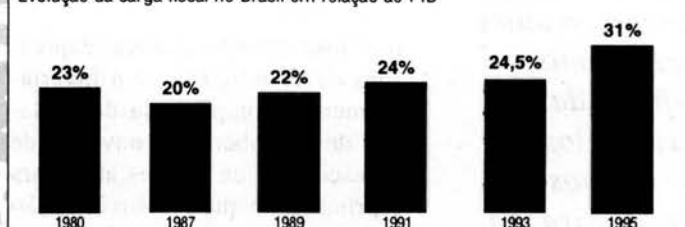
O custo da cesta básica acumulou alta de 3,66% em dezembro de 1995. Apresentou aumento de 25 produtos. Batata (16,67%) e cebola (5,66%) lideraram os reajustes.

Fonte: ESP, 23 e 29/12/95.



NUNCA SE PAGOU TANTO IMPOSTO

Evolução da carga fiscal no Brasil em relação ao PIB



Fonte: O Globo, 26/12/95.

A DÍVIDA SOCIAL DO PAÍS CHEGA A R\$ 80 BILHÕES

A maior dívida social encontra-se na área habitacional: o déficit de moradias hoje é calculado em 6,4 milhões de unidades. Acrescenta-se o acesso a serviços de saneamento também precário. Cerca de 4,2 milhões de moradias brasileiras não contam com água canalizada e outras 8,9 milhões não têm ligação à rede de esgoto ou fossa séptica.

Em seguida, aparece a coleta de lixo, segundo o último censo: apenas 63% dos domicílios brasileiros contavam com coleta de lixo.

Nas cidades, esse serviço atinge a 80% do total de moradias. Após a coleta, cerca de 47% do lixo recolhido é jogado a céu aberto. Outros 45% são aterrados e apenas 5% recebem tratamento em usina. Nas regiões Norte e Nordeste, cerca de 90% do lixo é jogado a céu aberto ou em áreas alagadas.

A DÍVIDA SOCIAL DO ESTADO

Renda (em salários mínimos)	Déficit habitacional (em moradias)	Sem água canalizada (em moradias)	Sem esgoto ou fossa (em moradias)
até 1	968 mil	462 mil (33%)	826 mil (59%)
de 1 a 2	1,35 milhão	2,96 milhões (38%)	4,36 milhões (56%)
de 2 a 5	2,41 milhão	694 mil (8%)	2,74 milhões (34%)
de 5 a 10	973 mil	105 mil (3%)	700 mil (20%)
de 10 a 20	546 mil	16 mil (1%)	192 mil (12%)
acima de 20	142 mil	8 mil (1%)	72 mil (9%)
Total de moradias	6,4 milhões	4,24 milhões	8,9 milhões
Investimento necessário	R\$ 50,7 bilhões	R\$ 25 bilhões*	—

* Os R\$ 25 bilhões cobrem os investimentos para abastecimento de água e esgoto.

Fonte: FSP, 8/1/96.

MOBILIDADE RELIGIOSA: COEXISTÊNCIA OU INTOLERÂNCIA?

Walter Altmann

Com uma aguda percepção dos diversos matizes do complexo cenário religioso atual do nosso continente, o autor analisa as principais questões enfrentadas pelas igrejas e pelos movimentos religiosos e valoriza a cooperação ecumênica

O cenário religioso latino-americano e caribenho caracteriza-se, atualmente, por intensa mobilidade e crescente diversidade. O crescimento de alguns movimentos pentecostais, particularmente neopentecostais, chega a ser espantoso. Sua expressão de fé é abraçada com fervor por verdadeiras multidões. De outra parte, pode-se observar um processo um pouco mais silencioso, mas ainda assim muito profundo, de redescoberta de expressões religiosas indígenas e afras, antes vividas mais em oculto quando não na clandestinidade social.

As razões, por certo, são múltiplas: elas provêm da incerteza para com o amanhã, passam pelo vazio de uma catequese cristã tradicional e da expressão de uma fé cristã apenas repetitiva e rotineira, até o sofrimento causado pela exclusão social — particularmente aguda no campo da saúde. A mudança de adesão religiosa de uma fé sentida como tradicional e vazia

para uma das muitas novas expressões de fé religiosa vem invariavelmente acompanhada da sensação de descoberta do novo ou de redescoberta de valores até agora reprimidos, o que proporciona não apenas a sensação de valorização enquanto pessoa, como formas concretas de relacionamento comunitário fraterno em meio ao anonimato das metrópoles ou no despojamento das migrações.

MEMÓRIA HISTÓRICA

Há também, por certo, a memória histórica que aflora em tempos de maior tolerância religiosa. Não se deve esquecer que a própria fé cristã foi trazida a este continente por meios não de simples persuasão, mas coercitivos e, portanto, não respeitosos dos valores religiosos tradicionais indígenas e das populações negras escravizadas. É bem verdade que nem tudo foi coerção, e houve também missão solidária com populações indígenas e com os empobrecidos em geral. Mas predominou, ainda assim, a aliança entre trono e altar. Não é coincidência, pois, o fato de que há hoje também um notável ressurgimento de tradicionais expressões religiosas indígenas e afras na América Latina e no Caribe. A adesão acentuada de comunidades indígenas a igrejas evangélicas nos últimos anos deve ser credita-

da também a esse fator, e não apenas a práticas proselitistas e porventura duvidosas. (Esta observação de modo algum diminui a crítica que devemos fazer a práticas religiosas ditas "evangélicas" que com frequência violentam os valores culturais e sociais e as populações indígenas e afras.)

FIM DE UTOPIAS — CRESCIMENTO DE ESPERANÇAS APOCALÍPTICAS

Dentre as razões para o surgimento e crescimento de novos movimentos religiosos — em regular número de casos também de proveniência da espiritualidade oriental — mencione-se ainda o "cansaço espiritual" com a racionalidade moderna ocidental, não escapando nem mesmo a frieza do assim chamado "fim das utopias" terrenas. Em Cuba me narraram a comparação que teria sido feita por um membro do Partido Comunista em diálogo com cristãos: a queda do socialismo no Leste europeu teria representado o mesmo que significaria para um cristão a descoberta de que o Espírito Santo seria inexistente... Onde buscar a renovação da fé e da esperança? Acresça-se toda uma mística da chegada ao fim não apenas de um século, mas de um milênio. Há mil anos, às vésperas do fim do primeiro milênio pós-Cristo, também houve um crescimento espetacular

das expectativas apocalípticas...

Não há dúvida de que o cenário é também propício para o surgimento de expressões religiosas baseadas na credulidade fácil, com líderes muitas vezes inescrupulosos que se aproveitam da ânsia de sentido e de eternidade para obter um ganho fácil. Isso pode chegar até à extorsão e ao charlatanismo, em particular na promessa de “curas divinas”, mas inclui formas mais sutis como a propagação, no meio evangélico, de uma teologia da prosperidade que promete aos crentes (e contribuintes!) toda a sorte de “bênçãos”, inclusive milagrosas compensações financeiras capazes de deixar para trás todas as agruras atuais.

Seria totalmente simplista, porém, querer atribuir o crescimento das novas expressões religiosas ao oportunismo de líderes corruptos e, pior, à ignorância das populações. Há, muito antes: a dedicação incansável de inúmeros líderes religiosos populares, que se reencontraram como sujeitos sociais; a descoberta de um sentido de vida e de fé; a transformação de um estilo de vida do caos do abandono para uma direção disciplinada, além de uma geralmente sensível melhora (ainda que limitada) da qualidade de vida individual, familiar e no seio da comunidade de fé. Essa experiência encontra-se na base do fervor da nova religiosidade.

IGREJA CATÓLICA E PROTESTANTISMO HISTÓRICO AMEAÇADOS

É compreensível que a Igreja Católica se sinta particularmente atingida e ameaçada, já que ela tem sido, de forma oficial ou inoficial, não apenas uma expressão religiosa entre outras, mas “a” religião dos povos latino-americanos. Ainda hoje a esmagadora maioria do povo latino-americano se considera católica. É verdade

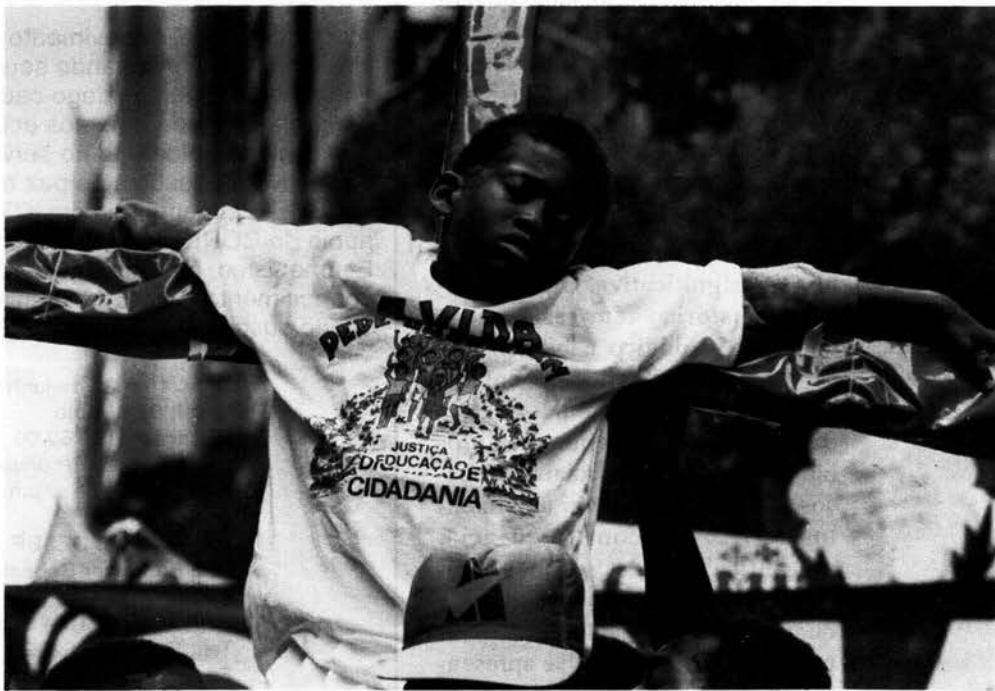
que a chegada do protestantismo histórico à América Latina, em especial na segunda metade do século passado e primeira metade deste, também representou um choque para a Igreja Católica, em particular quando atingia camadas instruídas ou mesmo elitistas da sociedade. Mas esse desafio não é nada comparável com a atual “onda pentecostal”, que arranca da fé católica, para dizê-lo assim, amplas parcelas do povo. Não se pode esconder, porém, que o próprio protestantismo histórico, que teve o seu surto de crescimento no passado, dá sinais de estar “perdido” ou de ter deixado passar o novo palpitir dos tempos.

Nada faz supor que essa tendência seja de algum modo revertida nos próximos anos. Ao contrário, tudo leva a crer que ela ainda se intensificará. Ao que tudo indica, a América Latina e o Caribe apresentarão no futuro um espectro ainda mais colorido e plural do que hoje. Para dizê-lo de maneira simples: este continente será, no futuro, menos católico, mais pen-

tecostal, com espaços significativos para a religiosidade indígena e afra.

Em reação a essa tendência, no catolicismo o impulso parece ser a tentativa de voltar “aos velhos tempos” da unidade, da disciplina e também de privilégios sociais garantidos pelo poder público. Pode-se observar isso, por exemplo, nas novas legislações de educação religiosa — leia-se, católica — nas escolas públicas, com recursos do Estado, que vêm sendo adotadas numa série de países latino-americanos. Já no protestantismo histórico a tentação maior

A mudança de adesão religiosa de uma fé sentida como tradicional para uma das novas expressões de fé religiosa vem invariavelmente acompanhada da sensação de descoberta do novo



Gianne Carvalho / Imagens da Terra

Este continente será, no futuro, menos católico, mais pentecostal, com espaços significativos para a religiosidade indígena e afra

parece ser a da capitulação, isto é, a tentativa de imitar o pentecostalismo, com a adoção de sua espiritualidade e de sua forma de pregação e culto.

A meu ver ambas as tentativas estão fadadas ao fracasso. De um lado porque nenhum privilégio público poderá compensar a força de um movimento verdadeiramente popular. A difusão da religião "boca a boca" é mais eficiente do que o melhor programa de educação religiosa em sala de aula. De outro, porque a "imitação protestante" do pentecostalismo nunca será tão boa quanto o original, e padece de um forte artificialismo.

O DESAFIO ECUMÊNICO

Acredito que o espaço legítimo — e, a seu modo, também promissor — tanto para o catolicismo quanto para o protestantismo histórico reside em suas próprias raízes mais autênticas de fé. O catolicismo o tem experimentado nas últimas décadas no amplo movimento de comunidades de base que aliam a experiência de fé e de espiritualidade com uma prática comunitária e social significativa. O protestantismo histórico tem reservas de conteúdo teológico e bíblico que são imprescindíveis para enfrentar, pelo menos numa perspectiva de fé cristã, os desafios e os problemas pessoais e sociais de nossos dias. Há nos novos movimentos religiosos, com frequência, uma dificuldade de "segunda geração", isto é, como prosseguir quando a atração da novidade tiver passado e as situações se apresentarem mais complexas do que o

entusiasmo da primeira hora faz supor.

A pobreza e a injustiça social, acentuadas nos últimos tempos pelos projetos econômicos neoliberais, com suas consequências de exclusão, continuam como desafios à prática criativa da solidariedade cristã. O mesmo vale para os processos de paz em diversos países, particularmente na América Central. Em 1995 um número crescente de cristãos, tanto leigos como ministros, incluindo-se pastores protestantes e pentecostais, sofreu a violência e a morte em vários países latino-americanos, como apenas por exemplo, a Guatemala, o México, a Colômbia e o Peru. Os poderosos continuam a sentir a fé como provocação e intentam sufocá-la. Não reside ainda a esperança e a vitória da fé?

Por fim, não parece caber dúvida de que há um eminente desafio ecumênico, de cooperação entre diferentes expressões religiosas. Ainda que o pluralismo religioso

possa ser condizente com a evolução da sociedade atual — uma espécie de espelho —, o "mercado religioso" correspondendo ao mercado econômico, a pluralidade e a diversidade religiosas também padecem do que se poderia chamar de um "vício de coerência". Elas, sem dúvida, se propõem como expressão religiosa que integra todas as dimensões da vida, proporcionam fé e sentido, dão orientação e esperança, capacitando para a prática da solidariedade e da justiça. Para não recair em práticas de belicosidade mútua, quando não em novas formas de "guerra santa", só há a saída da cooperação ecumênica.

Walter Altmann, pastor luterano e doutor em Teologia; professor na Escola Superior de Teologia e no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia (IEPG), de São Leopoldo/RS; e presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas, CLAI.

CURSO DE ECUMENISMO

Ao ganhar força, o movimento ecumênico torna-se mais questionador, convocando seus participantes a se enriquecerem num diálogo cada vez mais fecundo. As igrejas e os organismos ecumênicos têm dado testemunho na busca da unidade e no serviço maior em prol dos excluídos e em favor da justiça, da paz e da integridade da criação. O CESEP, juntamente com KOINONIA, MOFIC e CLAI e com o apoio do CONIC, está oferecendo um Curso sobre Ecumenismo, para todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre os problemas mais importantes que estão sendo suscitados no movimento ecumênico atualmente.

Data: 10 a 22 de junho de 1996

Local: São Paulo

Inscrição: US\$ 50,00

Bolsa: O CESEP dispõe de algumas bolsas para viabilizar a participação de algumas pessoas.

Informações: CESEP – Curso de Ecumenismo
Rua Professor Sebastião Soares de Faria, 57
6º andar.

CEP. 01317-010 – São Paulo/SP

Tel.: (011) 284-6299

Fax.: (011) 284-6220

A PASTORAL CATÓLICA NO ANO DE 1995

Fernando Altemeyer Junior

Apresentar o caleidoscópio pastoral da Igreja Católica no ano de 1995 é o desafio deste artigo. Assumo alguns pontos cruciais ao fazer a memória de tantos acontecimentos. Afinal, sempre nos lembra o amigo e bispo de São Félix, dom Pedro Casaldáliga, nós somos povo da memória. E memória da cruz e do martírio de Jesus Cristo

Começo este pequeno memorial com o fato do ano: A Campanha da Fraternidade, que continua sendo o ponto alto da ação evangelizadora de perfil católico-romano nestes últimos trinta anos, com seus temas polêmicos e proféticos. Neste 1995 o lema foi "Fraternidade e os Excluídos", revelando ao povo que o neoliberalismo é a raiz podre do sistema de exclusão. Os rostos sofrendores de Cristo desafiaram dioceses, igrejas e cristãos para a urgente conversão em favor das massas espoliadas. Foi a Campanha que mais incomodou nossos pastores e fiéis, mas também alcançou a mídia e a opinião públi-

ca. Enquanto o governo FHC desmobilizava e anestesiava a sociedade civil, a campanha quaresmal católica revelava os mecanismos perversos da exclusão.

Nas comunidades calou fundo a denúncia de tanta dor que machuca e mata tantos trabalhadores rurais, crianças e indígenas em tantas cidades e acampamentos. Até porque os massacres se multiplicam sem justiça nem punição.

Compromisso de luta. A eleição em abril de 1995, no município de Itaici, de uma nova presidência de cunho conservador para a Conferência dos Bispos, a CNBB, e de um grupo de nove bispos progressistas para a Comissão Episcopal de Pastoral, foi uma surpresa paradoxal. Nessa semana da assembléia da entidade aprovaram-se as novas Diretrizes para a Igreja Católica no Brasil. Merece destaque o número 196 do chamado documento 54 da CNBB que afirma: "À luz da análise da atual situação socioeconômica e ético-política, parece-nos que os serviços mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na luta contra a pobreza e a exclusão e a contribuição para a criação de um novo sentido de responsabilidade na ética pública". Brilhante e luminoso compromisso evangelizador assumido por unanimidade na assembléia episcopal.



Dança religiosa dos índios guaranis, aldeia de Jaguapiré/MS

Em 7 de setembro deste 95, o "Grito dos Excluídos" dado em todo o país ecoou com vigor e marcou ponto na história dos pobres no Brasil, particularmente na Oitava Romaria dos Trabalhadores, acontecida em Aparecida do Norte (SP). Essa promoção das pastorais sociais da CNBB em conjunto com os movimentos populares e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), promete repetir-se neste 96 com o "Grito da Cidadania".

Missa dos Quilombos. Neste ano a negritude ressuscitou na memória nacional e no cotidiano popular nossas raízes e sangue negros, ao celebrar no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, os 300 anos de Zumbi dos Palmares.

No Vale do Anhangabaú e na

"Os serviços mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na luta contra a pobreza e a exclusão e a contribuição para a criação de um novo sentido de responsabilidade na ética pública"

Basílica Nacional de Aparecida pudemos, com reverência e beleza inigualável, orar, louvar e contemplar a Missa dos Quilombos composta por dom Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e Milton Nascimento. Anos de proibições desta Missa não tiraram a sua força evangelizadora e sua beleza espiritual.

A guerra é outra. No campo da mídia televisiva, presenciamos, no dia 12 de outubro, um conflito que

JUSTIÇA E PAZ

Amor e Verdade se encontrarão,
Justiça e Paz se abraçarão,
da terra germinará a Verdade,
e a Justiça se inclinará do céu.
O próprio Iahweh dará a felicidade,
e nossa terra dará seu fruto.
A Justiça caminhará à sua frente,
e com seus passos, traçará um caminho.
(Salmo 85)

A Igreja Católica no Brasil escolheu para a Campanha da Fraternidade de 1996 o tema "Fraternidade e Política". A formação de uma nova consciência política das pessoas torna-se cada vez mais urgente a fim de que possam exercer bem sua cidadania. O cidadão deve conhecer seus direitos e seus deveres para uma convivência condizente com a dignidade da pessoa humana em todas as suas dimensões.

Fonte: Texto-Base *Justiça e Paz se abraçarão*, Campanha da Fraternidade, CNBB, 1996.



mesclou interesses econômicos, religiosos e simbólicos, no famoso e deprimente "chute em Nossa Senhora". O ex-militar e pastor Sérgio von Helde, da Rede Record, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), quase expôs com seu gesto arrogante o país a uma medíocre guerra religiosa que vinha sendo plantada por seu grupo de adeptos e por uma campanha publicitária da Globo versus Record, utilizando-se de Cristo e da religião para manipular consciências e comunidades.

Felizmente as pastorais mantiveram sua fidelidade à luta contra o grande inimigo do povo: a miséria. Quaisquer desvios para guerras religiosas teriam sido desastrosos.

Desemprego, Aids e reforma agrária continuam desafiando frontalmente nossas igrejas. Encontros de agentes de pastoral que atuam nas pastorais de fronteira junto ao povo empobrecido demonstraram a necessidade de agilizar a comunicação e a articulação. Enquanto o sistema neoliberal especializa-se em fragmentar-

nos, devemos reconstruir teias e redes de solidariedade com perseverança e audácia. Criar mais e mais pastorais, interconfessionalidade viva e gestos político-transformadores efetivos.

As mulheres questionam. O encontro mundial das mulheres em Beijing, capital chinesa, contou com a presença de 300 brasileiras. Acontecimento de peso contando os custos das viagens e as dificuldades enfrentadas. As deliberações de Beijing deixaram perplexas as instituições religiosas, particularmente a Igreja Católica, no que se refere à sexualidade e à participação da mulher nos organismos decisórios da hierarquia católica. Ainda que mensagens de simpatia brotassem frequentes nas alocuções do papa João Paulo II, a proibição absoluta do sacerdócio feminino criou polêmica intra e extra-eclesialmente. O que mais assustou teólogos e bispos foi a carta do cardeal Joseph Ratzinger, da Congregação para Doutrina da Fé, datada de 8 de novembro de

1995, afirmando *a posteriori* o caráter infalível da carta apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*. O cardeal Ratzinger decidiu incluir no depósito da fé aquilo que exegetas e especialistas não encontram na Sagrada Escritura.

Como contesta o teólogo católico Bernhard Häring, nas comunidades primitivas mulheres presidiam a Eucaristia e questões acerca da validade eram aí absolutamente desconhecidas. De acordo com a tradição mais antiga, afirma esse teólogo redentorista, é a epiclese, a invocação do Espírito Santo e do seu poder soberano que consagra as espécies, seja ela proclamada por um homem ou por uma mulher.

Paralelamente, a teologia feminina no Brasil sofreu profundamente com o injusto silêncio imposto à teóloga e religiosa agostiniana Ivone Gebara.

Inculturação. Outra questão polêmica deste ano pastoral é a da inculturação do Evangelho nas terras latino-americanas. Momento de auge desse debate antropológico foi o COMLA-5, o Quinto Congresso Missionário Latino-Americano, realizado em Belo Horizonte.

Percebe-se que as comunidades cristãs ainda olham demais para o seu próprio umbigo. Dentro do universo católico a questão missionária segue restrita às congregações religiosas e não desafia o laicato. Mesmo os clamores da Mãe África e do continente asiático não foram respondidos com eficácia por nossas dioceses e igrejas particulares.

Ecumenismo. Precisamos ainda fazer memória de um evento ecumênico. Neste final de 1995 celebraram-se os trinta anos do encerramento do 21º Concílio Ecumênico Vaticano II. E pudemos constatar que dos atuais 283 bispos titu-

lares e na ativa no Brasil, somente 15 participaram do Concílio e ainda estão à frente de dioceses. É o fim da geração conciliar e a expectativa de que a recepção e a continuidade do espírito de comunhão, ecumenismo e serviço prevaleçam entre os novos bispos que estão sendo nomeados hoje. Em julho, o Brasil acompanhou dois outros eventos históricos: A 17ª Assembleia Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a 2ª Conferência Geral da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe (Cehila). Reafirmaram com clareza a opção pelos pobres.

No contexto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a preocupação fundamental é a questão das massas e de uma espiritualidade cada vez mais encarnada e libertadora, enquanto que, nos movimentos de caráter espiritualista, permite-se ainda uma fuga dos compromissos diante do conflito e da miséria de nosso povo, com um discurso conservador.

Vocações. Percebe-se um incremento numérico nas vocações sacerdotais diocesanas, embora nosso povo pobre e os agentes de pastoral leigos tenham pedido maior engajamento desses neo-sacerdotes brasileiros com o mundo dos pobres e com os porões da humanidade. Cresce a crítica ao autoritarismo clerical e à exigência de uma pedagogia libertadora na condução das comunidades e dos movimentos populares. Todos querem, dentro e fora da Igreja, mais participação, comunhão e menos arrogância e discurso panfletário.

Merece destaque, como sinal promissor de futuro, a entrada de inúmeras igrejas e denominações evangélicas no campo e no espaço das rádios livres e comunitárias (antigamente conhecidas como rádios piratas). Democratizaram o

O cardeal Ratzinger decidiu incluir no depósito da fé aquilo que exegetas e especialistas não encontram na Sagrada Escritura

ar. Tornam o povo sujeito de sua própria fala e de sua comunicação. A legislação nem existe ainda e muitos já estão no ar pelas antenas FMs levando a mensagem do Cristo Ressuscitado e principalmente deixando o povo falar de suas lutas, vidas e dores.

Força da Bíblia. Dignos de louvor são também os programas de formação em todo o País nas escolas bíblicas do Cebi, nos cursos de Verão e de Gênero oferecidos pelo Cesep, nos centros de estudos de evangélicos e católicos e nos institutos de leigos, como o de Lins, no interior de São Paulo. Apresentam o rosto leigo e comunitário da Igreja do futuro e constituem uma sólida base ecumênica e teológica para os que fazem crescer e germinar o que o Espírito Santo fez brotar em nossa terra promissora. Formação na ação e na prática do diálogo ecumênico e pluralista. Leigos maduros e articulados, com uma teologia adequada e transformadora, assumindo práticas solidárias ao lado dos empobrecidos e excluídos e forjando o novo Povo de Deus.

Poderemos iniciar este último lustro que nos separa do terceiro milênio na certeza de que 1995 nos exercitou para belas batalhas em favor da vida. Entre temores e sonhos. Da memória partimos corajosos rumo à esperança.

Pe. Fernando Altemeyer Junior é teólogo católico e vigário de Comunicação da Arquidiocese de São Paulo.

SOBRE GLOBALIZAÇÃO

Julio de Santa Ana

O termo "globalização" tem sido empregado em diferentes campos da realidade que o mundo contempla, mas o que existe é um choque de conceitos e interpretações carregado de manipulações. Júlio de Santa Ana enriquece o debate trazendo a contribuição da teologia e desafiando as igrejas a assumirem uma posição sobre o tema

Desde os anos de 1980 "globalização" tem sido o termo da moda. No entanto, é necessário reconhecer que não há um consenso sobre a globalização como um fato nem um acordo sobre o que ela significa. Por um lado, prevalece o senso comum manifestado por grande parte da mídia que celebra a globalização. Dessa forma, é possível dizer que é um conceito da ideologia dominante, e como tal é "politicamente correto" para aqueles que pensam de acordo com as visões dos círculos de poder. Mas, por outro lado, é possível perceber que o conceito é fortemente criticado especialmente por pessoas que se encontram na periferia do sistema. Esta questão do dissenso no que diz respeito à realidade e ao significado da globalização nos faz perguntar: ela

está realmente acontecendo ou é uma construção ideológica formulada por aqueles que pretendem controlar e manipular o poder no plano mundial?

Qual é o significado de "globalização"? Em primeiro lugar é preciso reconhecer que o termo é empregado em relação a diferentes campos da realidade. O mais em evidência é o da economia: globalização significa o processo de integração dos mercados do mundo. Mas há pessoas que também usam o conceito para referirem-se a "governo global" e "cultura global". Com base no fato de que novas tecnologias de informação estão acelerando admiravelmente os processos de comunicação no mundo, há também outras pessoas que falam sobre o nosso mundo como sendo uma "aldeia global". Estes usos diferentes do conceito demandam uma análise cuidadosa com vistas a um melhor entendimento do que significa "globalização".

ECONOMIA GLOBAL?

Primeiramente é importante reconhecer que, no plano econômico, os mercados têm-se tornado internacionais e que muitos deles estão interligados. Este processo vem ocorrendo há muito tempo e ganhou forma desde o século XVI. Para muitos dos economistas políticos dos séculos XVIII e XIX, não há qualquer dúvida sobre esta dimensão internacional dos mercados.

Segundo, os mais recentes desenvolvimentos de tecnologias de informação têm contribuído para confirmar o processo de internacionalização dos mercados, tor-

nando patente para quase todo o mundo a interconexão do comércio. Mecanismos de preço são aplicados em quase toda a parte do mesmo modo, não importando se são preços de tecnologias, de mercadorias ou de serviços. A integração dos mercados financeiros não pode ser negada, e uma crise financeira em um ponto do globo tem repercussões sobre todos os outros centros financeiros do mundo. O processo também afeta os chamados produtos derivados. Esta integração torna os agentes financeiros capazes de se envolverem em práticas altamente especulativas, favorecidas muito frequentemente pela implementação da desregulamentação econômica em muitos países. A Organização Mundial do Comércio é a mais recente tentativa de dar um formato mais nítido à integração dos mercados.

Ainda assim, e este é um ponto muito importante, a integração dos mercados não é total: entre os mercados não-integrados encontramos o mercado de trabalho. Tendências que prevalecem na vida econômica nos fazem pensar que até agora não há perspectivas positivas sobre a sua integração. Então é necessário reconhecer que a integração dos mercados, que poderia ser a base material para a economia global, está truncada: o nível do valor de produção está diminuído. Não é o mesmo para todos. Existem diferenças importantes para pessoas que em diferentes partes do mundo trabalham em níveis de produção similares. Então a chamada "economia global" não é tão global como muitos pensam.

A existência do setor informal é uma referência a ser levada em consideração nesta questão. Aqueles que estão envolvidos com esse setor da economia também estão trabalhando; no entanto, este trabalho não é reconhecido: eles ganham menos, não gozam de seguro social, e por meio do trabalho que desenvolvem não estão qualificados entre os que têm um emprego no setor formal. Desde o começo dos anos de 1980 o desemprego tem crescido em toda a parte. É um problema estrutural que afeta especialmente a juventude e, acima de tudo, aqueles que estão desempregados há longos períodos. Este novo fenômeno é denominado "exclusão". O drama de tal situação é mais nítido em certas áreas do mundo como a África, entre o Saara e a linha do Zâmbia, na América Central, no nordeste do Brasil, no sul do Pacífico, na área de Bengala, Bangladesh e arredores, mas também afeta minorias na

América do Norte e na União Européia. Os excluídos são considerados dispensáveis. Eles não têm lugar na organização do sistema.

Desta forma, falar de "globalização" como integração dos mercados é dizer de alguma coisa que não alcança aspectos muito importantes da realidade socioeconômica. O termo esconde o fato de que o sistema econômico que prevalece não integra mas polariza. Diferencia seres humanos. Talvez fábricas possam ser homogeneizadas, mas esse processo não se aplica a sociedades humanas. Há uma discussão sobre a natureza da polarização sistêmica: ela pode ser corrigida por meio de medidas apropriadas ou é inerente ao sistema? Sendo a última opção a resposta, como enfrentar o problema?

Igrejas e cristãos, bem como todas as pessoas, estão no sistema. As igrejas têm contribuído indiretamente, especialmente por meio de atividades missionárias, para a

internacionalização da economia. Mas, ao mesmo tempo, com a consciência do evangelho cristão elas compreendem que a injustiça produzida pelo sistema deve ter um fim. Dois problemas precisam ser considerados nesse aspecto.

Primeiro: até que ponto o modelo de organização e operação das igrejas não se alimenta das principais instituições do sistema? (Pierre Bourdieu disse que mais e mais instituições religiosas do nosso tempo seguem o paradigma da corporação econômica transnacional.)

Segundo: Karl Rahner indicou que a fé cristã é uma fé católica, mas que a Igreja Cristã se está tornando universal somente durante o século XX que está chegando ao fim. No entanto, esse processo de universalização da Igreja não significa uniformização. As igrejas estão se tornando inculturadas. Elas desenvolvem novas purificações, novas espiritualidades, novas liturgias, novas hinologias, novas teologias. O processo de universalização da Igreja está fortemente caracterizado pela coexistência de diversidades e não pela homogeneização. A questão é: como as igrejas se posicionam diante dos argumentos em favor da "globalização"? Como suas posições afetam a vida do movimento ecumênico, e mais particularmente o Conselho Mundial de Igrejas?

GOVERNO GLOBAL?

Como foi indicado acima, o discurso sobre "globalização" também fala de "governo global". Os grandes conflitos internacionais do século XX produziram catástrofes das quais não há memórias comparáveis na história humana. Por essa razão, nos últimos oitenta anos uma das maiores preocupações da humanidade tem sido criar condições para a paz no plano internacional. A questão é: como ge-



Calicut

rencia de forma apropriada as tensões internacionais de tal maneira que a paz possa existir em vez da guerra? Para assegurar a paz a comunidade de estados nacionais criou um certo número de serviços: tratados têm-se multiplicado, convenções foram assinadas, protocolos foram formulados e, antes tarde do que nunca, instituições foram criadas com o objetivo de gerar e preservar a paz. A meta é estabelecer uma ordem mundial em que a guerra não terá lugar.

Foi nesse contexto que o conceito de "governo global" foi elaborado. Para alguns significa que as pessoas do mundo devem trabalhar com vistas a construir um governo mundial com autoridade global. É uma utopia, uma visão que deveria orientar relações internacionais. Isso ainda não existe. No entanto, o que veio a existir foi um sistema entreestados de natureza geopolítica. Os estados nacionais tornaram-se conscientes de que países não poderiam viver isolados, e que o comércio internacional deve ser acompanhado por transações internacionais sustentáveis. Esse sistema entreestados deve ser auto-regulamentado. Com base na experiência da Liga das Nações (e aprendendo mais de suas deficiências e falhas do que do seu sucesso), depois da Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas como um instrumento de auto-regulamentação do sistema entreestados. A ONU não é, em princípio, uma célula para o desenvolvimento do governo global, mas acima de tudo representa um instrumento dos estados para a regulamentação de suas relações. Algumas outras atividades têm sido também desenvolvidas pela ONU mas a prioridade é administrar conflitos internacionais com vistas ao estabelecimento da paz e da segurança internacionais.

O termo "globalização" esconde o fato de que o sistema econômico que prevalece não integra mas polariza. Diferencia seres humanos

Neste sentido a ONU é um instrumento com forças e fraquezas. Entre as forças está o fato de que promove um fórum no qual as tensões podem ser discutidas e eventualmente acordos entre partes em confronto podem ser alcançados. Entre as fraquezas é importante perceber a vulnerabilidade financeira e a fragilidade operacional da organização. A ONU celebrou seu 50º aniversário e muitos Estados estão declarando que é imperativo reformar a instituição, não apenas no plano burocrático, mas também politicamente, incluindo o Conselho de Segurança e o número de estados que têm poder para exercitar o veto. A constelação mundial de estados que existia em 1945 e os que advogam reformas reivindicam que a ONU leve em consideração o mundo tal como ele é.

Um ponto importante para discussão são as relações entre a ONU e outros esquemas internacionais criados para gerenciar questões econômicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio. Uma vez mais, neste ponto, precisamos reconhecer o caráter instrumental da ONU, em que os estados são mais importantes do que a organização.

No entanto, nem todos os estados têm o mesmo poder de decisão na ONU. Há uma hierarquia nítida, não apenas porque cinco estados são diferenciados porque têm o direito de apelar às discussões de

veto e decisões sobre certas questões, mas também porque entre os cinco há também diferenças qualitativas fundamentais. O sistema internacional bipolar em que dois superpoderes (Estados Unidos e União Soviética) influenciaram as decisões da ONU não existe mais. O impacto dos Estados Unidos na ONU não pode ser negado. A *pax* russo-americana parece ser seguida agora por uma *pax* americana *tout court*. Isto é, parece que o chamado "governo global" está conectado com a hegemonia dos Estados Unidos nas relações internacionais, baseada acima de tudo na superioridade militar dos Estados Unidos. A paz que prevalece (ou que parece existir) é uma paz armada.

As igrejas (Seul, 1990) afirmaram "a Paz de Jesus Cristo" (Afirmação 6) e declararam que "não pode haver paz sem justiça", e que a paz não pode existir sem a segurança das pessoas com base na justiça. Por essa razão, as igrejas afirmaram que elas "resistirão a doutrinas e sistemas de segurança baseados no uso (...) de todas as armas de destruição em massa, e de invenções, intervenções e ocupações militares. Nós resistiremos a doutrinas de segurança nacional que visem o controle e opressão das pessoas a fim de proteger privilégios de poucos". Isto conclama à clarificação e ao desenvolvimento de uma "cultura da paz" que poderia capacitar as igrejas a contribuir para a construção da paz com justiça no mundo e em níveis locais. Entre os elementos de tal cultura que poderiam ser clarificados está o papel dos esquemas internacionais para regulamentação das relações entreestados num momento da história em que começamos a mudar da bipolaridade para maior concentração de poder com base nos meios militares.

CULTURA GLOBAL?

Existe algo como "cultura global"? Mais uma vez, o impacto das tecnologias de informação com sua lógica binária inerente está criando um tipo de linguagem que permite a pessoas remeterem mensagens por computador, conversar rapidamente por fax, partilhar programas para compreensão comum de certas operações, etc. Aparentemente, há uma "cultura global" emergindo: a da "aldeia global". Esta expressão cultural pretende ser universal: ela afirma a supremacia da racionalidade do mercado, ante a qual devem se curvar todas as outras formas de pensamento. É uma expressão da modernidade, e assim, guiada por intencionalidade instrumental.

Ela, porém, sofre forte resistência daqueles que afirmam sua própria identidade e que não aceitam ser considerados apenas como massa de possíveis consumidores. Essa tensão que existe entre uma cultura que pretende ser universal e superior a outras culturas e a que reafirma suas tradições específicas e características particulares é a principal questão cultural que as igrejas devem enfrentar diretamente: gostem ou não, elas estão todas envolvidas nessa situação.

A tensão que acabamos de mencionar permite-nos dizer que não há uma "cultura global". O que existe é uma expressão cultural que pretende ser universal. É a cultura que Robert Heilbrunner, seguindo Immanuel Wallerstein, chama de "cultura da classe dirigente" e que produz uma "comercialização da vida" (Heilbrunner: *The Nature and Logic of Capitalism*, New York-London, W.W. Norton & Company, 1986, pp.111-117). É uma cultura na qual aqueles que gozam de benefícios estão satisfeitos e, assim, resistem à mudança. É dizer com John K. Galbraith, uma "cultura do contentamento", manifestada por meio do

consumismo sem limites. É uma cultura do narcisismo, porque aqueles que têm as possibilidades de se satisfazerem não são legitimados por outros, mas por si mesmos.

A mídia é um grande instrumento de imposição de tal cultura sobre outras. Seu aparente sucesso desperta o "desejo mímico" daqueles que sofrem e perdem para tornarem-se vencedores (René Girard). Por meio da mídia foi criado um "senso comum" que expressa a ideologia dominante. Aqueles que tentam afirmar a própria identidade cultural e também ser fiéis aos seus valores tradicionais e visões de mundo, experimentam uma grande dificuldade de evitar a atração da "cultura do contentamento". Neste ponto se dá o que alguns antropólogos chamam de processo de "hibridização das culturas".

AOS CRISTÃOS...

Dois comentários teológicos. Primeiro: O conceito de "globalização" é muito parecido com que o José Miguez Bonino chamou de "oikoumene de dominação". A unidade da oikoumene que é frequentemente invocada quando es-

sas questões (integração dos mercados) surgem, torna-se desta forma um instrumento de dominação que leva tanto a uma auto-ilusão como à ilusão de outros. Nós não temos, seja na Igreja, seja na sociedade, uma oikonomia autêntica na nossa oikoumene. Nós temos o "controle caseiro" de dominação e dependência" (in Tho. Wieser, Ed.: *Whither Ecumenism?*, Geneva; WCC Publications, 1986, p.27). Tal oikoumene contrasta com a da solidariedade, enraizada na prática de fé, esperança (de um novo mundo) e liberdade (vida no Espírito; Atos 2).

Segundo: A história bíblica da Torre de Babel (Gênesis 11) bem como o acontecimento de Pentecostes apontam para o fato de que Deus não quer a uniformidade de culturas, com apenas uma linguagem e uma única racionalidade. Deus quer reconciliação, não poderes hegemônicos impondo homogeneização.

Julio de Santa Ana é teólogo metodista e assessor do Conselho Mundial de Igrejas, Genebra.

Tradução de Magali do Nascimento Cunha.

LANÇAMENTO

O ISER (Rio de Janeiro) e a OXFAM (Recife) estão publicando um cadastro que é resultado de uma pesquisa sobre Agências Não-Governamentais de Cooperação Internacional que financiam projetos de desenvolvimento no Brasil, tendo como objetivos gerais a disseminação de informações entre as ONGs, as organizações representativas e os movimentos sociais no país, bem como a opinião pública em geral.

BAILEY, Michael & LANDIM, Leilah.

Agências Internacionais Não-Governamentais de Desenvolvimento Atuando no Brasil/Cadastro.
Rio de Janeiro: ISER; Recife: OXFAM, 1995.

O volume custa R\$ 10,00 e pode ser adquirido na OXFAM/Recife ou no ISER/Rio de Janeiro.

OXFAM Rua Dr. Silva Ferreira, 122
50040-130 Recife/PE
Tel: (081) 231-5449 Fax: (081) 221-5319
ISER Ladeira da Glória, 98 Glória
22211-120 Rio de Janeiro/RJ
Fone: (021) 265-5923

SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA DE RUA (OU UMA INSISTENTE ESPERANÇA)

Jorge Munhoz

Este artigo tem o intuito de ampliar os espaços de informação e discussão sobre um fato social que nos questiona e desafia toda a vez que percorremos as ruas das nossas cidades: os grupos de moradores de rua presentes hoje tanto nas grandes metrópoles como nas cidades de médio e de pequeno porte

Ao encontrá-los no caminho diário, as pessoas (caso não tenham “se acostumado” a passar junto deles como se passa junto a um poste de iluminação) se perguntam: será que ninguém faz nada? Seria o caso de oferecer trabalho particularmente para os mais jovens? Há pedestres que já apontam uma “solução”: pegar esse pessoal e “botá-lo” em algum lugar para que trabalhe. Outros acham que é para tirá-los da cidade e jogá-los em algum lugar bem distante: “maloqueiro e vagabundo deve ser tratado como tal”.

Querendo exatamente fornecer elementos para essa discussão, proponho três momentos para este texto dentro do espaço disponível: um primeiro que fale da rua e seus moradores; um segundo que mostre as relações e propostas da sociedade e suas instituições; e um terceiro que explicita, baseado em

experiências e análises existentes sobre esse fato social, uma linha de trabalho/proposta que considere mais adequado no momento atual.

Terei permanentemente como referência fundamental a própria visão dos grupos de moradores de rua sobre os diversos pontos a serem aqui tratados. Para isso utilizarei os depoimentos e estudos que apareceram em duas publicações da NOVA – Pesquisa e Assessoria em Educação: o Caderno de Educação Popular n. 19 “Porque a vida... viver é um compromisso” e o Textos em Debate nº 1 “Sobre a população de rua e alguns de seus valores”.

SOBRE A RUA E SEUS MORADORES

A rua não é simplesmente um espaço público para que os pedestres possam circular livremente. É mais do que isso.

São diversas as relações, significados e usos que, na prática, acabamos dando à rua. Ela é uma coisa para o pedestre, outra para o camelo, outra para o gari, outra para a prostituta, outra para o mendigo, e outra muito especial para quem faz dela sua “casa”.

Quem são os moradores de rua? Hoje em dia a gente encontra, conforme a cidade, o migrante, o desempregado, pessoas empregadas que ficam na rua nos dias úteis e vão para seu distante barraco no final de semana (o salário não dá

para manter a família e pagar várias conduções diárias), os mendigos que esmolam de segunda a sábado e vão para o barraco no domingo. Encontramos ainda pessoas que fizeram da rua sua “casa definitiva” e espaço de sobrevivência. Nela desenvolvem suas relações e providenciam, de diversas maneiras, o sustento.

Mesmo sendo grupos tão diversificados, há uma característica comum a todos eles: a precariedade extrema nas condições de vida, chegando-se à miséria degradante.

E como tais pessoas acabaram na rua? As histórias pessoais e os caminhos que os levaram à rua são os mais diversos. Porém, apesar dessa diversidade, há um fator determinante comum a todos eles: o atual modelo de desenvolvimento do País, que acaba alijando e excluindo diversos segmentos sociais, no campo e na cidade, de qualquer oportunidade efetiva de participação.

Esse fator, junto a outros de caráter pessoal, desencadeia um processo de rupturas na vida dessas pessoas tal (laços familiares, terra de origem, amigos, costumes e crenças, valores, relações afetivas), que as coloca desprotegidas e quase sem referências no único espaço físico que restou: a rua. Essa ausência de referências fundamentais é um impacto destruidor do próprio equilíbrio psicoafetivo.

Convém "ouvir" os depoimentos de um rapaz e de uma moça que já moraram na rua:

Amado – Eu trabalhava em Londrina, e uma pessoa foi lá e gostou muito de ver eu trabalhá! Aí: "Olha, eu tô precisando de gente pra trabalhá na minha firma em São Paulo, se você quiser ir lá eu te pago o dobro do que você ganha aqui". E eu vim. Quando vim, ia completá 18 anos. Só que o que ganhava aqui gastava do mesmo jeito. O que ganhava na minha cidade, era a mesma coisa que ganhava aqui. Foi me dando um desgosto na vida: nego trabalhá e morá em pensão... E bebendo. Consegui ficar até três anos e meio nesse emprego. Mas quando saí de lá, já tava bebendo bem. Já não parava mais em emprego nenhum. Ficava, 3, 4 mês num emprego e saía. Os cara mandava embora e era sempre a maldita da biritá. E morando nas pensão.

Jorge – Você ficou muito tempo nessa situação?

Amado – Nessa vida, uns três anos e meio... Bebia tanto que o dinheiro que ganhava não dava nem pra pagá os bares... Aí o dono da pensão pegou minha mala com

a roupa, colocou na calçada e falou: "Ó, aqui você não entra mais!" Foi a primeira vez que fiquei na rua. Passei uma, duas noites, um frio desgramado! Então escondi a mala nuns tubo de esgoto e ficava andando a noite inteira pra não dormi. Falei: se dormi eu morro aqui, congelado! Olhava naquele relógio lá da Paulista marcando um grau!. Durante o dia ficava andando por ali.

Vera – Nasci num Juizado de Menores. Minha mãe era menor de idade, tinha 12 anos quando nasci. Não conheci meus pais. Não conheço parente nenhum. Caí na rua porque perdi meus documentos. Eu trabalhava na roça, no interior. Aí vim para São Paulo, o Central de Triagem e Encaminhamento do Estado de São Paulo (CETREM) não recebia sem documento. Aí caí na rua. Enquanto estava limpa, tudo bem. Mas quando vi minha roupa preta, os pé preto, tudo sujo, aí eu entrei em desespero, comecei a bebê. Bebia, bebia até desmaia! Depois comecei a catá papelão, era pra beber, porque comida não descia. Eu sei que passei três anos nessa vida. Então às vez tentava pará de bebê na

rua, mas quando parava, começava a chorá, porque não me conformava de ver o meu estado. Aí tornava a enchê a cara de novo.

A vida da rua dificilmente é uma opção livre para os seus moradores, particularmente para aqueles que acabaram fazendo dela sua casa. Vejamos o que falam alguns moradores de rua sobre ela:

"A vida do sofredô é que a gente é desprezado. A gente pede um cigarro, o pessoal manda trabalhá, pede uma esmola, manda trabalhá... nós somo discriminado: discriminado pela polícia, pela sociedade, classe média, classe alta...



Arquivo do autor

Morador de rua



Arquivo do autor

Sopa comunitária

entendeu? A gente come um dia, outro dia não come, um dia bebe, outro dia não bebe... A gente bebe sabe por quê? Eu falo pro senhor: a gente bebe... não é até um vício não, é pra escondê a vergonha nossa, certo? Porque nós, certo, somo desprezado".

"Na rua tem paulada, facada... Os polícia dá chute..." "A gente bebe às vez não é tanto porque qué bebê... num frio aí a gente não tem coberta: bebe uma pra esquentá, pra podê dormi..."

Eu cheguei na Liberdade, pedi um pouco de comida pra o cara lá, uma sobra de comida. E o cara diz: a gente não trabalha com comida aqui não! Falou mesmo assim e jogou a comida fora... Eu, pra comê,

tive que pegá no saco do lixo. No meio da rua é violência contra violência”.

Morar na rua equivale a um progressivo processo de depauperamento e discriminação que a própria sociedade (pessoas e instituições) desenvolve e que vai literalmente aniquilando essa população em suas expectativas, na sua identidade e na sua dignidade. É um processo tristemente real que tanto diz respeito à negação das mínimas condições de vida, como à imagem que a sociedade tem do morador de rua.

Faz parte desse processo, um fator profundamente destruturador: o morador de rua “sempre está indo”, sem ter um ponto de chegada, uma referência, alguém que o aguarde, um “para quê”. E isto, comentava uma educadora, “destrutura mais rápido que a fome”.

Porém, ao mesmo tempo, a rua se constitui num universo complexo e ambíguo, onde, em meio a esse contexto cruel, encontram-se alguns traços de esperança.

Movido, talvez, pelo que ainda há de vida — biológica, afetiva, expectante —, o morador de rua passa em tal contexto a recompor

O atual modelo de desenvolvimento do País acaba alijando e excluindo segmentos sociais de qualquer oportunidade efetiva de participação

seu dia-a-dia em termos de relações, vínculos, valores, meios de subsistência.

Se o percurso que desembocou na rua se caracteriza por uma sequência de rupturas, pareceria que para quem acabou nela, é “vital” recompor de alguma maneira o que foi quebrado. Não consegui-lo equivale à loucura.

E é nessa encruzilhada que surgem novas relações, novos vínculos, novas amizades e referências; é aí que ora se decantam, ora se recriam valores.

COMO REAGEM A SOCIEDADE CIVIL E O PODER PÚBLICO?

Acredito que nossos modos de reagir e de nos colocarmos perante a realidade, têm muito a ver com o entendimento que dela temos e das respectivas referências para tal.

Uma reação freqüente de pessoas e de instituições é a de “tirar esse pessoal da rua porque sua presença incomoda e impressiona mal”. Trata-se de “limpar a cidade, de se ver livre desse pessoal”.

Essa “limpeza” é feita das mais diversas maneiras. O leque vai desde o “arrastão” e posterior “despejo” em outro município, até o espontâneo oferecimento da passagem a fim de mudar de cidade e — por que não? — do “feliz” regresso para a terra natal.

Tal atitude exclui de início qualquer leitura da realidade social em termos de relações desiguais e acaba reforçando, na prática, a situação de exclusão dessas populações.

Outra atitude é de socorrer momentaneamente: um prato de comida, uma roupa, um dinheiro, uma passagem. Para quem nada tem, é importante este tipo de ajuda emergencial. Mas o problema permanece. Por trás dessa atitude parece haver um entendimento que pára no imediato e responde de maneira assistencial.

Há uma terceira postura que visa oferecer condições para que esses grupos possam viver um “processo” de resgate/afirmação da pessoa enquanto sujeito de direitos e deveres.

Porém, é fundamental assinalar que existem experiências de caráter processual diferenciado. Não poucas — num contexto que cerceia a participação e liberdade de opção — colocam a ênfase no subjetivo e pessoal. Há outras que, no interior de um contexto de efetiva participação e permanente livre opção, orientam tudo para que esse resgate/afirmação seja social nos mais diversos níveis. Órgãos do poder público e grupos e instituições da sociedade civil situam-se — com raras exceções — nas duas primeiras atitudes e práticas.

A seguir, vou me deter numa postura que pela sua prática e ini-



Arquivo do autor

Nos centros comunitários, os moradores de rua podem se sentir à vontade para expressar livremente seus anseios e dificuldades

cial sistematização, está se tornando uma proposta cada vez mais consistente.

UMA PROPOSTA PARA A CIDADANIA

Há alguns anos grupos da sociedade civil começaram a buscar novos caminhos que fossem ao encontro da realidade, expectativas e direitos dos moradores de rua. Caminhos que se caracterizassem por contar com a livre e efetiva participação dessas pessoas, num contexto de convivência e de solidariedade.

Ultimamente algumas poucas experiências do poder público estão querendo somar-se a essa busca tanto na prática como na reflexão.

Trata-se, antes de mais nada, de criar e oferecer oportunidades (serviços, atividades, um lugar físico, outras relações sociais) em que os grupos de moradores de rua possam se sentir à vontade, manifestar-se livremente, ser efetivamente ouvidos e respeitados e tenham condições, num contexto de convivência e de solidariedade, de repensar sua situação de vida e de decidir-se a construir nela — dentro dos próprios limites — uma nova etapa.

Trata-se de um processo de resgate e construção oposto ao processo de rupturas e decepções que os jogaram na rua. É um caminho lento e paciente em que não se exclui uma roupa, uma comida, uma passagem até, mas na medida em que inseridas no interior de uma caminhada que tem como horizonte a possibilidade dessas pessoas refazerem livremente esperança, sonhos, projeto de vida, espaço como cidadão.

Essa proposta vem se tornando prática diária em trabalhos tanto ligados à sociedade civil (particularmente a grupos das Igrejas Católica em Belo Horizonte e São Paulo, e Metodista em São Paulo),

como ligados ao poder público municipal de algumas cidades como Angra dos Reis (RJ) e Belo Horizonte (MG). Não pretendo, ao nomear estas experiências, excluir quaisquer outras. Assinalo aquelas, na medida em que considero dispor de conhecimento e informações consistentes.

Verificamos ao longo dos últimos dezesseis anos que grupos de moradores de rua participantes desses trabalhos conseguiram mudar o rumo de suas vidas e até conquistar espaços específicos. É o caso da Cooperativa de Catadores de Papelão (Coopamare) em São Paulo e da Associação de Catadores em Belo Horizonte. Ex-moradores de rua criaram, desenvolveram e dirigem essas instituições que procuram garantir procedimentos e relações democráticas tanto no interior delas próprias, como a nível da sociedade mais ampla, nas áreas que dizem respeito à coleta seletiva do lixo, à ecologia e ao reconhecimento profissional do catador. Convém apontar aqui que é outra maneira de se inserir no mercado.

Certamente estamos diante de outro modo de entender a realidade, diferente dos apontados anteriormente. As referências de leitura, por exemplo, não se apóiam na noção capitalista do trabalho, que leva a ver nos moradores de rua um bando de vagabundos, "pois o trabalho dignifica" (sem se perguntar qual trabalho, em que condições, etc.).

Tem-se claro nesta leitura e proposta que, ao mesmo tempo que se trabalha nessa busca no campo de experiências localizadas, é imprescindível desenvolver uma ação no plano das instâncias institucionalizadas de poder, na medida em que é nelas que se estabelecem as políticas socioeconômicas que produzem os processos de exclusão que atingem essas e outras populações.

Escrevo este artigo numa época grávida de Esperança: o Natal. Gostaria de encerrar estas linhas transcrevendo literalmente parte de um diálogo que tive com grupos de moradores de rua:

Jorge — Pensando no que vocês vêm dizendo, fico me perguntando se, dado que a vida na rua é tão difícil, ruim, se mesmo assim vale a pena viver.

Todos — Claro! certo! sem dúvida!

Jorge — Explica aí!

Wilson — Nós somos os sofrendores. Mas tem uma coisa, a vantagem nossa é sobreviver. Nós queremos sobreviver, então, ninguém vai nos derrubar.

Jorge — Mas por que vocês querem sobreviver sendo a vida tão difícil? Por que todo o mundo respondeu: Claro, certo?

Wilson — Porque o amor vale mais do que tudo. Não adianta a sociedade nos menosprezar, porque nós queremos sobreviver. Então se a gente cata papelão na rua, já é uma vantagem nossa, por quê? Porque nós estamos lutando. Nós não estamos aqui ó, fechando os olhos. Nunca fechamos os olhos, procuramos lutar e cada um sobreviver, cada um lutar, puxar sua sobrevivência. Então, todo aquele que procura sobreviver, eu acho que tá querendo alguma coisa da vida. E por quê? Há esperança. E o que é que vale? Nós vivemos a esperança. Então: "Viver ... e não ter vergonha de ser feliz. Lutar e viver e cantar"... Eu acho que por mais que a gente sofra na rua, a gente vai ter que ter sempre a mesma perspectiva: sobreviver.

Jorge Munhoz é mestre em Educação, pesquisador e educador na área de Educação Popular e pertence à equipe da NOVA.

HAITI

ESPERAR CONTRA TODA ESPERANÇA

Pierre Toussaint Roy

Desde sua independência em 1804, o Haiti conseguiu realizar sua primeira eleição verdadeiramente democrática só em 1990 (17 de dezembro). O padre católico Jean Bertrand Aristide, eleito presidente, foi empossado em 7 de fevereiro de 1991 e derrubado por um sangrento golpe militar sete meses depois (29 setembro).

Apoiados por uma forte solidariedade internacional, os haitianos travaram — tanto dentro como fora do país — uma luta contra o novo regime militar. Em 15 de outubro de 1994, o governo legítimo voltou ao poder com ajuda dos Estados Unidos e da ONU.

Ao voltar, o governo — com apoio maciço da população — extinguiu o exército repressivo e corrupto (que consumia 40% do orçamento nacional), criou uma polícia nova e respeitosa dos direitos humanos, organizou eleições legislativas e municipais (junho 1995) e presidenciais (dezembro 1995).

Também, Aristide encaminhou mudanças no Poder Judiciário e tentativas de reorganização da economia do país.

Em 7 de fevereiro de 1996, protagonizou — depois de 192 anos de independência — a primeira transferência pacífica do poder entre governos democraticamente eleitos.

NOVO GOVERNO, NOVOS DESAFIOS

A exatos dez anos (1986-1996) do fim da ditadura dos Duvalier (pai e filho, *Papa Doc* e *Baby Doc*, dominaram o Haiti durante 28 anos), o novo governo dirigido por René Préval — ex-primeiro ministro do

Aristide — pretende assumir os maiores desafios do povo haitiano. O novo presidente quer a continuação do projeto democrático do governo Lavalas de Aristide, que é, no contexto atual do país, muito ambicioso: “Sair da miséria para a pobreza com dignidade”. Recebeu um mandato de cinco anos, a partir dos 88% dos votos de uma parcela relativamente pequena (35%) da população que foi às urnas, para administrar uma situação política, social e econômica muito precária e complicada.

Nessas eleições, o povo estava dividido entre a recuperação dos três anos de exílio do presidente Aristide e a reeleição proibida pela Constituição de 1987, em vigor. O pleito estava praticamente decidido a favor de quem conseguisse o apoio do Aristide, atualmente o político mais popular e carismático do país, como foi provado nas eleições legislativas e municipais de junho de 1995.

Os setores ultraconservadores que sempre apoiaram os golpes de estado tentaram boicotar as eleições. Não participaram, porque o artigo 291 da Constituição proibia a candidatura de todo ex-alto funcionário da ditadura e porque — com o grau de conscientização do povo que sempre os rejeita publicamente — não iam conseguir votação representativa.

ECONOMIA, FERRO DE LANCE (DESAFIO) DA DEMOCRACIA

A OEA, nas suas últimas assembleias, constatou que as crises econômicas e a gravidade dos problemas sociais (fome, miséria, empobrecimento crescente, concentra-

ção de renda e outros) estão invalidando os processos democráticos em todos os países latino-americanos.

Os organismos internacionais e os países industrializados continuam recomendando, para os chamados países do Terceiro Mundo, a aplicação das políticas recessivas de ajuste estrutural e de estabilização econômica, mesmo quando reconhecem as consequências sociais nefastas delas.

O Haiti não é isento dessa situação, sobretudo porque vive numa dependência internacional impressionante. Principalmente dos EUA, cuja embaixada tem um peso político excessivo nas decisões internas haitianas.

O orçamento anual é da ordem de US\$ 1 bilhão. Quando a administração fiscal funciona com rigidez e eficácia, a arrecadação fiscal (impostos das aduanas, receitas internas, transferência das estatais) beira os US\$ 500 milhões ao ano. A folha de pagamentos, a previdência social e os serviços da dívida externa quase superam esse valor cada ano. O país sobrevive da ajuda internacional, dos empréstimos e investimentos externos.

Num país onde o desemprego atinge 60% da população ativa, onde a única zona franca oferece menos de 30 mil empregos, a reforma administrativa, recomendada pelos organismos internacionais, pretende promover a demissão “voluntária” da metade dos 45 mil funcionários públicos.

O governo de Préval deve, entre outras urgências, enfrentar:

- o racionamento da energia elétrica (por falta de recursos);

▪ o investimento em saneamento básico em todo o país;

▪ e a pressão externa para a privatização das nove principais estatais.

Esta última, a privatização, é pré-condição para a liberação de um pacote internacional de US\$ 100 milhões.

Das eventuais privatizações, a mais cobiçada — exatamente pela gigante americana AT&T — é a empresa mais lucrativa do Haiti: a Telecomunicações S.A., na qual o estado haitiano é acionista majoritário e recebe, por isso, dinheiro como “transferência” para investimentos sociais. É a única empresa do país que mantém em bancos americanos reservas da ordem de US\$ 35 milhões. É muito pouco para a AT&T, mas, para o Haiti, é algo superior aos US\$ 20 milhões de reservas cambiais do Banco Central para fins de política monetária.

SEGURANÇA PÚBLICA: O DESAFIO DA PAZ

Se a extinção do exército eliminou quase a possibilidade de golpe militar no país, a paz está longe de ser uma realidade quotidiana.

Primeiro, porque a justiça social, que sustenta a paz, passa pela repartição equitativa da riqueza nacional e pela implantação de uma economia participativa e distributiva.

Segundo, porque os militares americanos e o corpo multinacional de polícias da ONU entraram pacificamente no Haiti para frear a sangrenta repressão que o exército estava perpetrando contra o povo, mas não desarmaram os ex-militares e os paramilitares. Os *tonton macoutes* do regime dos Duvaliers, responsáveis por mais de 60 mil assassinatos políticos de 1957 a 1986, os *zenglendo* (esquadrões da morte que assaltam e estupram) e os *ex-attachés* (espões muito violentos ligados à antiga polícia)

esconderam suas armas automáticas e são soltos.

Terceiro, porque o novo Corpo de Polícia, mais respeitador dos direitos humanos, não tem ainda força, recursos e capacidade para realizar seu novo papel assinalado na Constituição de 1987: o de auxiliar o Poder Judiciário, proteger as vidas e os bens e garantir os direitos dos cidadãos.

Também não podemos esquecer que o governo do Aristide instalou uma comissão presidencial, chamada “Comissão da Verdade”, para investigar os crimes cometidos pelas ditaduras militares no país e fazer justiça (punição, indenização, etc.) às vítimas dos golpes de estado. A Comissão ficou quase impossibilitada de realizar seu trabalho, e só conseguiu protestar, iniciar certas investigações, divulgar suas dificuldades em meio a ameaças e tensões.

NECESSIDADE DE UM PROJETO DE SOCIEDADE

O governo de René Preval é do mesmo partido Plataforma Política Lavalas de Aristide. O empenho pessoal do ex-presidente, para apoiar e participar na formação do novo governo, significa a continuação do projeto popular que catalisou as esperanças do povo nas eleições de 17 de dezembro de 1990.

Mesmo assim, o partido no poder junto com o governo tem que avaliar a gestão de Aristide, analisar a nova conjuntura nacional e internacional, para divulgar suas estratégias de ação e seu plano de desenvolvimento para o país.

O projeto de sociedade Lavalas, mais claramente definido e divulgado, deve fortalecer a coesão do povo, que terá os objetivos e as dificuldades mais presentes.

Porque, de um lado, a propaganda e as propostas do sistema neoliberal pressionam o povo. Até na rua, os comentários sobre a privatização e os programas de esta-

HAITI

Superfície: 27.750 km².

População: 7,18 milhões (1,8 milhão na capital).

Analfabetismo: 70% (mas consciência política muito alta).

Eleitores: 3,6 milhões (90% tem participação consciente).

Escolarização dos 12-17 anos: 44%.

População ativa: 3,2 milhões.

Desemprego: 60% da população ativa.

Mortalidade infantil: 135 por 1.000 habitantes.

Médicos: 1,8 por 10 mil habitantes.

PIB: US\$ 1,2 bilhão.

PIB per capita: US\$ 300.00.

Inflação: 2 a 3,6% (por mês).

Moeda: 14 gourde = US\$ 1.00 (câmbio livre).

Salário mínimo: US\$ 66.00/mês.

Gastos do Governo (% do PIB):

Educação: 1,8% (1990). **Defesa:** 2,2% (1993).

Concentração de renda: 1% da população detém 46% do PIB.

Fonte: Arquivo do autor.

bilização e de equilíbrio macroeconômico expressam a apreensão dos cidadãos. É certo que a população não utiliza os termos técnicos que os meios de comunicação popularizam cada dia, mas, com seu alto grau de conscientização política, ela não fica indiferente ante as mudanças atuais da sociedade moderna.

Do outro lado, a divisão instalou-se no meio das organizações do povo, dos partidos políticos e dos sindicatos. O individualismo, como consequência do modernismo, se está infiltrando nas pessoas. Esta realidade nos obriga a colocar sempre mais em evidência os nossos objetivos comuns, os nossos projetos comunitários, os nossos sonhos coletivos.

Pe. Pierre Toussaint Roy, CICM, formado em Administração (Haiti) e em Teologia (México), é integrante do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

QUERO VIVER MUITOS ANOS

Sim, eu quero viver muitos anos mais. Mas não a qualquer preço. Quero viver enquanto estiver acesa, em mim, a capacidade de me comover diante da beleza.

A comoção diante da beleza tem o nome de “alegria”, mesmo quando as lágrimas escorrem pela face. A alegria e a tristeza são boas amigas. Assim o disse a minha boa amiga Adélia: “A poesia é tão triste. O que é bonito enche os olhos de lágrimas. Por prazer da tristeza eu vivo alegre”.

Essa capacidade de sentir alegria é a essência da vida. Quase que disse “vida humana”, mas parei a tempo. Pois é muita presunção de nossa parte pensar que somente nós recebemos esta graça. Aquela farra de pulos, correria, mordidas e gestos de faz-de-conta em que se envolvem minha velha doberman (nunca tive cachorro mais gentil!) e a cocker novinha, nenê, aquilo é pura alegria. E o vôo do beija-flor, flutuando parado no ar, gozando a água fria que sai do esguicho — também isso é alegria. E o meu pai dizia que, quando chovia, as plantas sentiam alegria. Lembrei-me de um místico que orava assim: “Ó Deus! Que aprendamos que todas as criaturas vivas não vivem só para nós, que elas vivem para si mesmas e para Ti. E que elas amam a doçura da vida tanto quanto nós”.

Na alegria, a natureza atinge seu ponto mais alto: ela se torna divina. Quem tem alegria tem Deus. Nada existe, no universo, que seja maior que esse dom. O universo inteiro, com todas as suas galáxias: somos maiores e mais belos do que ele: porque nós podemos nos alegrar diante da beleza dele, enquanto que ele mesmo não se alegra com coisa alguma.

Quero viver muito, mas o pensamento da morte não me dá medo. Me dá tristeza. Esse mundo é tão bom. Não quero ser expulso de campo no meio do jogo. Não quero morrer com fome. Há tantos queijos esperando ser comidos. Quando o corpo não tiver mais fome, quando só existir o enfado e o cansaço, então querei morrer. Saberei que a vida se foi, a despeito dos sinais biológicos externos que parecem dizer o contrário. De fato, não

há razões para o medo. Porque só há duas possibilidades. Nada existe depois da morte. Neste caso, eu serei simplesmente reconduzido ao lugar onde estive sempre, desde que o universo foi criado. Não me lembro de ter sentido qualquer ansiedade durante esta longa espera. Meu nascimento foi um surgir do nada. Se isso aconteceu uma vez, é possível que aconteça outras. O milagre pode voltar a se repetir algum dia. Assim esperava Alberto Caeiro, orando ao Menino Jesus: “... E dá-me sonhos teus para eu brincar/Até que nasça qualquer dia/Que tu sabes qual é...”

Se, ao contrário, a morte for a passagem para um outro espaço, como afirmam as pessoas religiosas, também não há razões para temer. Deus é amor e, ao contrário do que reza a teologia cristã, ele não tem vinganças a realizar, mesmo que não acreditemos nele. E nem poderia ser de outra forma: eu jamais me vingaria dos meus filhos. Como poderia o “Pai Nosso” fazê-lo?

Mas eu tenho medo do morrer. Ele pode ser doloroso.

O que eu espero: não quero sentir dor. Para isso, há todas as maravilhosas drogas da ciência, as divinas morfina, dolantina e similares. Quero também estar junto das coisas e das pessoas que me dão alegria. Quero o meu cachorro — e se algum médico ou enfermeira alegar, em nome da ciência, que cachorros podem transmitir enfermidades, eu os mandarei para aquele lugar. Os que estão morrendo tornam-se invulneráveis. Eles estão além das bactérias, infecções e contra-indicações. Lembro-me de um velhinho, meu amigo, que no leito de morte disse à filha que gostaria de comer um pastel. “—Mas, papai”, ela argumentou, “fritura faz mal...” Ela não sabia que os morituri estão para além do que faz bem e do que faz mal.

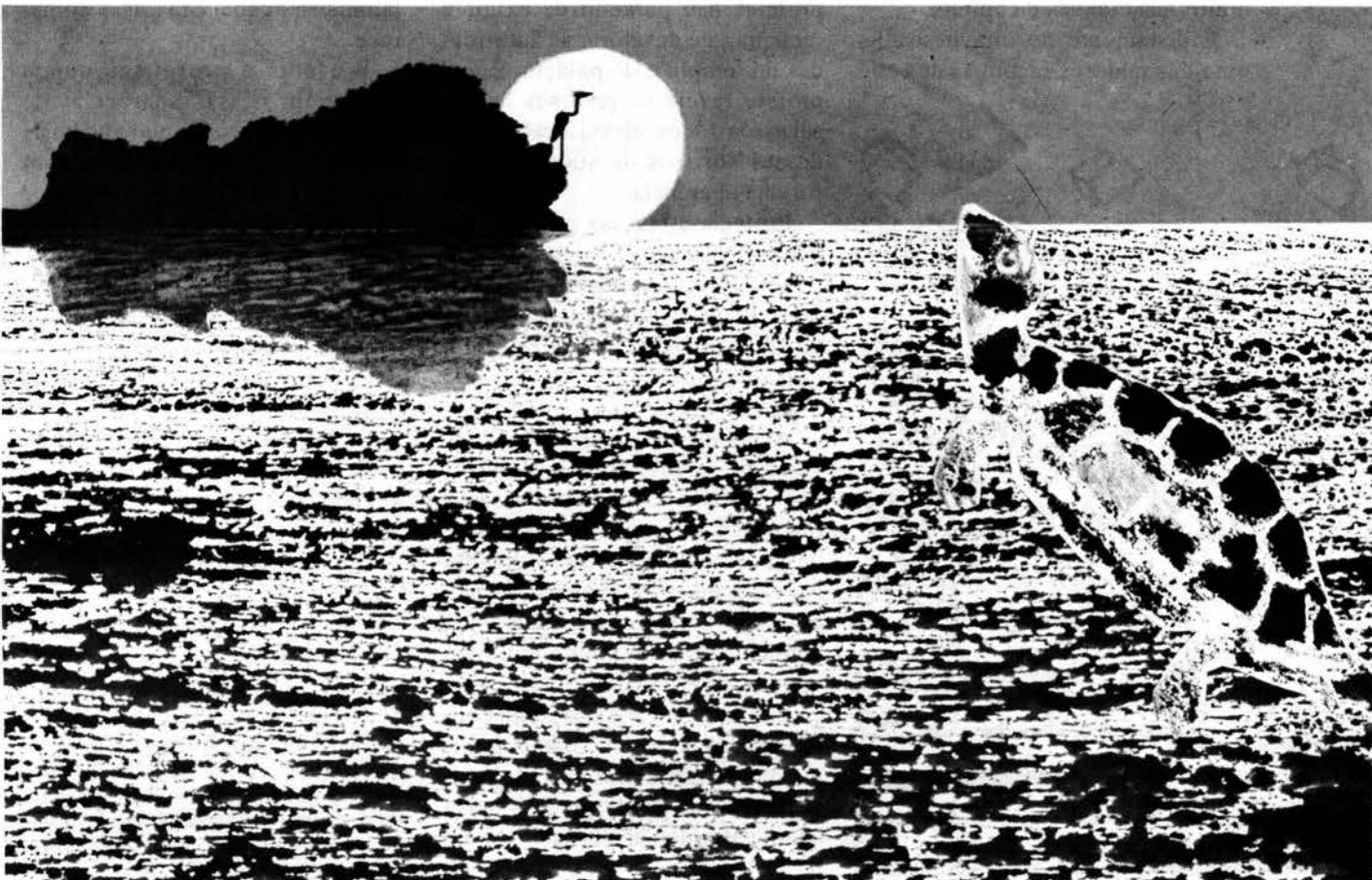
Quero também ter a felicidade de poder conversar com meus amigos sobre a minha morte. Um dos grandes sofrimentos dos que estão morrendo é perceber que não há ninguém que os acompanhe até a beira do abismo. Eles falam sobre a morte e os outros logo desconversam: “Bobagem, você logo estará bom...” E eles então se calam,

mergulham no silêncio e na solidão, para não incomodar os vivos. Só lhes resta caminhar sozinhos para o fim. Seria tão mais bonita uma conversa assim: "Ah! Vamos sentir muito sua falta. Pode ficar tranquilo: cuidarei do seu jardim. As coisas que você amou, depois da sua partida vão se transformar em sacramentos: sinais da sua ausência. Você estará sempre nelas..." Aí os dois se darão as mãos e chorarão pela tristeza da partida e pela alegria de uma amizade assim tão sincera.

Alguns há que pensam que a vida é coisa biológica, o pulsar do coração, uma onda cerebral elétrica. Não sabem que, depois que a alegria se foi, o corpo é apenas um ataúde. E aí teólogos e médicos, invocando a autoridade da natureza, dizem que a vida física deve ser preservada a todo custo. Mas a

vida humana não é coisa da natureza. Ela só existe enquanto houver a capacidade para sentir a beleza e a alegria.

E, assim, apoiados nessa doutrina cruel, submetem a torturas insuportáveis o corpo que deseja partir — cortam-no, perfuram-no, ligam-no a máquinas, enfiam-lhe tubos e fios para que a máquina continue a funcionar, mesmo diante de suas súplicas: "Por favor, deixem-me partir!" E é esse o meu desejo final: que respeitem o meu corpo, quando disser: "Chegou a hora da despedida". Amarei muito aqueles que me deixarem ir. Como eu disse: amo a vida e desejo viver muitos anos mais, como Picasso, Cora Coralina, Hokusai, Zorba... Mas só quero viver enquanto estiver acesa a chama da alegria.



Vanda Freitas

EM HORA ATRAVESSADA

Milton Schwantes

Profetis falaram em tempos de calma. Refiro-me aos profetas da Bíblia. Aos 800 anos antes de Cristo, portanto há muitos séculos, foram às praças e ruas fazer ouvir suas palavras. Estes profetas e profetisas viveram em tempos de calmaria aparentes.

Não é que naqueles tempos Israel e Judá estivessem pobres. Ao contrário, os dois estados — Israel e Judá — estavam muito bem. As fronteiras haviam sido expandidas, ao máximo. O comércio fluía tranquilo, assegurado pelos exércitos a proteger as caravanas e garantir as fronteiras. Construía-se muito nas cidades e capitais.

É justamente do oitavo século uma das maiores façanhas dos en-

genheiros de Judá. Na capital, Jerusalém, foi construído um túnel dentro das pedras. Começou-se a perfurar as rochas simultaneamente de dois lados. Os engenheiros de então tiveram a capacidade de fazer com que os dois braços do túnel se encontrassem dentro da rocha na mesma altura, exatamente no mesmo lugar.

Nesses tempos de façanhas tão extraordinárias falavam os profetas. Os tempos eram bons para vitórias nas guerras, para avanços no comércio, para construções modernas, bem feitas.

Ainda assim as profetisas e os profetas não pararam de exigir e reclamar, de desaforar as autoridades do templo e do palácio. É que profeta revela os reversos desses sucessos todos, dessas calmarias, desses sorrisos de sucessos sem fim, na aparência.

Profecia atravessa a hora, suja banquetes.

Teu coração talvez diga: *Não é hora de falar dessas coisas. Não há outro jeito. Não há outra saída. Relaxa e esquece.*

Sei lá! Esquecer?

Acho até que entendo. Veja só. Quando se prepara uma chuva, vento, trovão, sai aquele agito na rua. Fica todo mundo correndo, buscando um lugarzinho abrigado. No caso, poderia ser profeta o que, em meio a esse agito todo, agita também. Correria com a multidão que corre para o abrigo. Não!

E quando a calma toma conta, quando se instala aquela letargia que se põe a crer que a injustiça é eterna, então profeta seria quem calminho se pusesse a apostar na calma. Seria?

Pois, não é assim! Profecia vai na contradição. Acalma no agito, agita na calma.

Palavra de Deus é palavra atravessada.

Gente, é hora de profecia, não porque o mar esteja para peixes, mas porque está para tubarão.

O mercado regula. Talvez. A profecia em todo o caso desregula. Vai de contramão.

As comunidades podem estar ficando muito satisfeitas. É como se houvesse fé sem esperança. E não há como, porque fé é parceria da esperança por justiça.

Pode até parecer que a calma jamais se acabe. Mas, isso só parece.

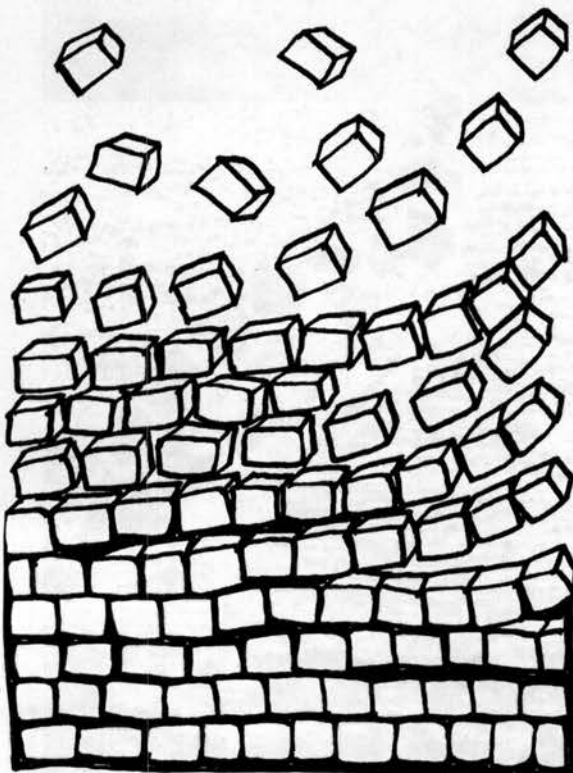
Profetas e profetisas nunca apostaram nessas aparências de governos a passeio, que andam às tontas do Egito à Assíria. Como diz o profeta: *Israel foi devorado; agora está entre as nações como coisa de que ninguém se agrada, porque subiram à Assíria; o jumento montês anda solitário, mas Efraim mercou amores* (Oséias 8.8-9)!

Recomendo confiar mais na hora atravessada das profetisas e profetas. Sorrisos de calmaria espelham antes o oco da eterna injustiça.

Não te ajeites. Desajeita-te.

Pelo que se saiba, nenhuma "pasta rosa" é eterna. Se fosse, profecia seria tolice.

Milton Schwantes, teólogo e biblista luterano, integra a equipe de KOINONIA Presença Ecológica e Serviço e é coordenador do Instituto Ecológico de Pós-Graduação em Ciências da Religião (São Bernardo do Campo/SP).



AD MAJOREM GLORIAM DEI... JUAN LUIS SEGUNDO, TEÓLOGO DA LIBERTAÇÃO

Jorge Atilio Iulianelli

QUE MUNDO? QUE HOMEM?
QUE DEUS?

Segundo, J.L.
Edições Paulinas, Rio, 1995
13 x 20 cm, 580 p.

Soam rumores sobre o fim da Teologia da Libertação. Isso é tão verdadeiro quanto a afirmação neoconservadora do fim da história. A Teologia da Libertação (TdL) continua viva e vitalizante nas mãos das teólogas e teólogos latino-americanos e do mundo e da maioria da humanidade empobrecida. A TdL vive experiências de renovação constante. Entre elas está a completude da obra de um ou outro que se "encanta", como nos ensina o grande teólogo Guimarães Rosa. Um dos principais criadores da TdL é o uruguaio Juan Luis Segundo, encantado no dia 17 de janeiro deste ano de 1996 da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele nos ofereceu, entre tantas outras coisas, a teologia da suspeita ideológica.

O último livro de Juan Luis Segundo, *Que mundo? Que homem? Que Deus?*, é um exercício de diálogo que procura um leitor crítico, desejo de responder aos desafios da Ciência e da Filosofia contemporâneas. Essa obra é, certamente, um marco teológico, pelo menos, por dois motivos: primeiramente, enfrenta as proposições científicas e filosóficas sem medo, e sem preconceitos. Responde à Ciência e à Filosofia com uma fé que se sabe crítica. Além disso, assume uma fé essencial, que encontra um Deus comprometido com a liberdade hu-

mana, o acaso da existência e que é responsável, parcial e participativamente, pelo mal no mundo.

Os treze capítulos do livro destacam questões de soluções complexas, sem simplificações. A necessidade de mediação filosófica para a Teologia é respondida a partir do desafio que a Ciência levanta para a própria Filosofia. Os legados helênicos (cap.1), como o Monismo e o Dualismo, são discutidos à luz das problemáticas holísticas levantadas pela Física contemporânea (caps. 2 e 3). A pessoa como dimensão central da experiência convivencial humana é apresentada como caminho de solução das armadilhas monistas e dualistas, por seu caráter relacional

JUAN LUIS SEGUNDO (1925 - 1996)

Nasceu em Montevideu, em 31 de outubro de 1925 (Dia da Reforma). Entrou para a Sociedade de Jesus em 1941. Estudou Filosofia em Buenos Aires e Teologia em Lovaina, na Bélgica.

Obteve na Sorbonne/Paris, em 1963, o mais alto grau doutoral defendendo duas teses: uma sobre a relação entre liberdade, cristianismo e filosofia moderna, na vida e na obra do filósofo russo-francês Nicolas Biediaeff, orientado por Maurice de Gandillac; outra sobre a dialética do massivo e do minoritário na pessoa, na história e no Novo Testamento, orientado por Paul Ricoeur.

Fonte: Boletim da ASTE, fevereiro/1996.



(caps. 4-6). O Deus bíblico é apresentado em sua aventura para a liberdade (caps. 7 e 8), criador e providente. É um Deus que nos assume integralmente, redimindo nossas vidas do pecado (caps. 9-12).

O capítulo final aborda a Graça e seus sinais. Deus se manifesta desde o início de nossa vida. A nossa vida e a vida no Universo são o grande sinal da Graça de Deus. Nossa vida inclui todas as experiências: as biológicas (a evolução e as mutações); e as existenciais (o amor, o sofrimento e o heroísmo). Quando a tradição cristã assume dois principais sinais cristãos (batismo e eucaristia) e os outros cinco sacramentos está pautando experiências sensíveis e comunitárias para a vivência da Graça. Graça que ilumina toda a nossa existência que culmina com a morte.

Esta é a teologia de Juan Luis Segundo, alento e estímulo para cristãos que querem assumir o risco de ser minorias abertas para um mundo adulto.

Jorge Atilio Iulianelli, mestrando em Filosofia na UFRJ e integrante da equipe de KOINONIA.

Fragmentação social

Estabilização financeira

Balanço cultural

Crise do Estado

População de rua

Cenário religioso

